



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 9\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 850\$	Semestre	450\$
A 1.ª série	340\$	»	180\$
A 2.ª série	340\$	»	180\$
A 3.ª série	320\$	»	170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$			
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$			
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio			

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional, quando se trate de entidade particular.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Decreto-Lei n.º 316/71:

Aprova, para ratificação, a Convenção Geral sobre Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica, assinada em Lisboa em 14 de Setembro de 1970.

ou foram aplicadas as mesmas legislações, resolveram concluir uma convenção e, para esse efeito, nomearam seus plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Portuguesa: S. Ex.ª o Sr. Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros,
(Sua Majestade o Rei dos Belgas: S. Ex.ª o Sr. Placide de Paepe, Ministro da Previdência Social,

os quais, depois de terem trocado os seus plenos poderes, considerados em boa e devida forma, acordaram nas seguintes disposições:

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Decreto-Lei n.º 316/71

de 20 de Julho

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovada, para ratificação, a Convenção Geral sobre Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica, assinada em Lisboa em 14 de Setembro de 1970, cujo texto, nas línguas portuguesa, francesa e flamenga, vai anexo ao presente decreto-lei.

Marcello Caetano — Horácio José de Sá Viana Rebelo — António Manuel Gonçalves Rapazote — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — João Augusto Dias Rosas — Manuel Pereira Crespo — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício — Rui Alves da Silva Sanches — Joaquim Moreira da Silva Cunha — José Veiga Simão — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.

Promulgado em 21 de Junho de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Convenção Geral sobre Segurança Social entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica

O Presidente da República Portuguesa e Sua Majestade o Rei dos Belgas, animados do desejo de garantir o benefício das legislações sobre segurança social em vigor nos dois Estados contratantes, às pessoas a que se aplicam

TÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

1. Os trabalhadores belgas ou portugueses ficam sujeitos, respectivamente, às legislações de segurança social, enumeradas no artigo 2.º da presente Convenção, aplicáveis em Portugal ou na Bélgica, e delas beneficiam, assim como os seus familiares, nas mesmas condições que os nacionais de cada um dos mesmos Estados.

2. Para a aplicação da presente Convenção, entende-se por «trabalhadores» os trabalhadores salarizados ou equiparados aos salarizados pelas referidas legislações de segurança social.

ARTIGO 2.º

§ 1.º As legislações de segurança social aplicáveis nos territórios referidos no artigo 4.º, e às quais é aplicável a presente Convenção, são as legislações seguintes:

A) Na Bélgica:

- a) A legislação relativa ao seguro de doença — invalidez dos trabalhadores salarizados e do pessoal de bordo da marinha mercante e a legislação relativa à pensão de invalidez dos operários mineiros e assimilados;
- b) A legislação relativa à pensão de reforma e de sobrevivência dos trabalhadores salarizados;
- c) A legislação relativa aos abonos de família dos trabalhadores salarizados;
- d) A legislação relativa aos acidentes de trabalho, incluindo a relativa aos trabalhadores do mar;
- e) A legislação relativa às doenças profissionais;
- f) A legislação relativa ao desemprego involuntário.

B) Em Portugal:

- a) A legislação de previdência social relativa ao regime geral dos seguros de doença, maternidade, invalidez, velhice e morte;
- b) A legislação relativa aos regimes especiais de previdência social estabelecidos para determinadas categorias de pessoas, no que respeita às matérias acima referidas;
- c) A legislação sobre os acidentes de trabalho e as doenças profissionais;
- d) A legislação relativa ao abono de família;
- e) A legislação relativa ao desemprego.

§ 2.º — 1. A presente Convenção é igualmente aplicável a todos os actos legislativos ou regulamentares que venham a modificar ou completar as legislações enumeradas no § 1.º do presente artigo.

2. Todavia, só se aplicará:

- a) Aos actos legislativos e regulamentares que cubram um novo ramo da segurança social se, para esse efeito, for estabelecido um acordo entre as Partes Contratantes;
- b) Aos actos legislativos regulamentares que tornem os regimes existentes extensivos a novas categorias de beneficiários se, a este respeito, não houver oposição do Governo da Parte Contratante que modifique a sua legislação, notificada, ao Governo da outra Parte, no prazo de três meses, a contar da data da publicação oficial dos mesmos actos.

ARTIGO 3.º

As disposições da presente Convenção não são aplicáveis aos agentes diplomáticos e consulares de carreira, incluindo os funcionários pertencentes ao quadro das chancelarias, mas são aplicáveis aos trabalhadores, seja qual for a sua nacionalidade, ocupados nos postos diplomáticos ou consulares belgas ou portugueses, ou que estejam ao serviço pessoal de agentes dos mesmos postos.

ARTIGO 4.º

A presente Convenção é aplicável:

- a) Relativamente ao Reino da Bélgica, no território belga;
- b) Relativamente à República de Portugal, no território de Portugal continental e dos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde.

ARTIGO 5.º

1. Quando na legislação de uma das Partes Contratantes esteja prevista a redução, a supressão ou a suspensão de uma prestação, no caso de esta se acumular com outra prestação de segurança social ou com uma determinada remuneração, a prestação adquirida ao abrigo da legislação da outra Parte Contratante ou uma remuneração percebida no território desta Parte será, igualmente, oponível ao benefício da prestação.

2. Todavia, no caso de acumulação de uma prestação, liquidada de conformidade com o § 3.º do artigo 22.º da presente Convenção, com uma prestação adquirida ao abrigo da legislação da outra Parte Contratante, esta última prestação não será tida em conta, para a aplicação do número anterior, se a referida prestação também tiver sido liquidada em conformidade com o § 3.º do artigo 22.º da presente Convenção.

TÍTULO II

Disposições determinantes da legislação aplicável

ARTIGO 6.º

§ 1.º Os trabalhadores ocupados no território de um dos dois países ficam sujeitos às legislações em vigor no lugar do seu trabalho.

§ 2.º Os trabalhadores ocupados a bordo de um navio ficam sujeitos à legislação da Parte Contratante cuja bandeira arvore o navio.

ARTIGO 7.º

§ 1.º O princípio estabelecido no § 1.º do artigo 6.º sofre as seguintes excepções:

- a) Os trabalhadores ocupados num país que não seja o da sua residência habitual, por conta de uma empresa que no país desta residência tenha um estabelecimento de que os interessados dependam normalmente, continuam sujeitos às legislações em vigor no país do seu lugar de trabalho habitual, desde que a sua ocupação no território do outro país não se prolongue para além de doze meses; no caso de esta ocupação, prolongando-se por motivos imprevistos para além do período primitivamente previsto, vier a exceder doze meses, a aplicação das legislações em vigor no país do lugar de trabalho habitual poderá ser excepcionalmente prolongada, durante um período máximo de doze meses, com o acordo das autoridades competentes do país do lugar de trabalho ocasional; o pedido de prorrogação deve ser apresentado antes de expirar o prazo de doze meses;
- b) Os trabalhadores das empresas públicas ou privadas de transporte de um dos dois países, ocupados no outro país, quer de maneira permanente, quer de passagem, quer como pessoal ambulante, ficam exclusivamente sujeitos às disposições em vigor no país onde a empresa tem a sua sede; todavia, no caso de a empresa possuir uma sucursal ou representação permanente no território do país que não seja aquele onde se encontra a sua sede, os trabalhadores ocupados por aquela ficam sujeitos à legislação do país em cujo território se encontre a sucursal ou a representação permanente;
- c) Os trabalhadores de um serviço administrativo oficial, destacados por um dos dois países e por conta desse país, continuam sujeitos à legislação em vigor no país de que sejam destacados;
- d) Os trabalhadores ocupados nos postos diplomáticos ou consulares belgas ou portugueses, ou que estejam ao serviço pessoal de agentes destes postos, podem, se forem nacionais do Estado representado pelo posto diplomático ou consular, optar pela aplicação da legislação do seu país de origem ou pela aplicação da legislação do lugar do seu trabalho; o direito de opção apenas pode ser exercido uma só vez e num prazo a determinar por acordo administrativo.

§ 2.º O princípio estabelecido no § 2.º do artigo 6.º sofre a seguinte excepção:

O trabalhador que, não estando ocupado habitualmente no mar, esteja ocupado nas águas territoriais ou num porto de um dos dois países em navio que arvore bandeira do outro país, sem, todavia, pertencer à equipagem deste navio, fica sujeito à legislação do primeiro país.

ARTIGO 8.º

As autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes poderão estabelecer, de comum acordo, excepções às disposições dos artigos 6.º e 7.º

TÍTULO III

Disposições especiais

CAPÍTULO I

Prestações em caso de doença e de maternidade

ARTIGO 9.º

Os trabalhadores, assim como os seus familiares, que se desloquem de Portugal para a Bélgica, ou inversamente, beneficiam das prestações do seguro de doença no país do novo lugar de trabalho, desde que os mesmos trabalhadores:

- a) Tenham estado aptos para o trabalho quando da sua última entrada no território deste país;
- b) Tenham efectuado, neste país, um trabalho salariado ou equiparado;
- c) Satisfaçam as condições requeridas para beneficiar das mesmas prestações ao abrigo da legislação do país do seu novo lugar de trabalho, tendo em conta o período de seguro no país donde saíram e o período posterior à sua sujeição à legislação do país do seu novo lugar de trabalho.

ARTIGO 10.º

Os trabalhadores, assim como os seus familiares, que se desloquem de Portugal para a Bélgica, ou inversamente, beneficiam das prestações do seguro de maternidade no país do novo lugar de trabalho, desde que os mesmos trabalhadores:

- a) Tenham efectuado, neste país, um trabalho salariado ou equiparado;
- b) Satisfaçam as condições requeridas para beneficiar das mesmas prestações ao abrigo da legislação do país do seu novo lugar de trabalho, tendo em conta o período de seguro no país donde saíram e o período posterior à sua sujeição à legislação do país do seu novo lugar de trabalho.

ARTIGO 11.º

A totalização dos períodos referidos na alínea c) do artigo 9.º, na alínea b) do artigo 10.º e na alínea b) do § 1.º do artigo 37.º só é aplicável se a ocupação no país do novo lugar de trabalho tiver início no prazo de um mês a contar do final da ocupação no país do anterior lugar de trabalho.

ARTIGO 12.º

1. Os familiares de um trabalhador, que tenha direito a prestações ao abrigo da legislação do país em que esteja inscrito, beneficiam das prestações em espécie do seguro de doença e de maternidade quando residam no território do país que não seja o da inscrição do trabalhador, desde que não tenham direito às prestações em espécie da legislação do país de residência.

2. A abertura do direito às referidas prestações é determinada nos termos das disposições da legislação do

país de inscrição. Os familiares, assim como a extensão, a duração e as modalidades de concessão das prestações são determinados nos termos das disposições da legislação do país de residência.

3. A instituição do país de inscrição reembolsa, à instituição do país de residência, três quartos das despesas relativas àquelas prestações. As autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes podem decidir que os reembolsos sejam efectuados na base de um montante convencional e determinar as respectivas modalidades de cálculo.

ARTIGO 13.º

1. Os trabalhadores, assim como os seus familiares, beneficiam, no caso de estada num dos dois países que não exceda um prazo a fixar em acordo administrativo, das prestações em espécie do seguro de doença e de maternidade em conformidade com a legislação do país de estada, desde que tenham direito a estas prestações ao abrigo da legislação do país de inscrição.

2. A instituição do país de inscrição reembolsa, à instituição do país de estada, as despesas efectivas relativas a estas prestações, tal como resultem da contabilidade das instituições que as concederam.

ARTIGO 14.º

§ 1.º Um trabalhador, admitido ao benefício das prestações a cargo de uma instituição de um dos dois países que resida no território desse país, continua a ter direito a esse benefício, no caso de transferir a sua residência para o território do outro país. Porém, o trabalhador deve obter, antes da transferência, a autorização da instituição competente. Estas disposições são aplicáveis, por analogia, ao trabalhador que vá tratar-se no território do outro país sem, no entanto, para aí transferir a sua residência.

§ 2.º Quando um trabalhador tiver direito às prestações em conformidade com o disposto na parágrafo anterior, as prestações em espécie serão concedidas pela instituição do lugar da sua estada ou da sua nova residência de acordo com as disposições da legislação aplicada pela mesma instituição.

§ 3.º As prestações pecuniárias serão, nos casos previstos no presente artigo, pagas directamente aos interessados pela instituição do país competente. Esta última instituição pode, no entanto, solicitar da instituição do local de estada ou da nova residência o pagamento, por sua própria conta, das mesmas prestações.

§ 4.º As disposições do presente artigo são aplicáveis, por analogia, aos familiares.

§ 5.º O disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º aplica-se por analogia.

ARTIGO 15.º

§ 1.º Quando o beneficiário de pensões devidas ao abrigo das legislações dos dois países tiver direito às prestações em espécie ao abrigo da legislação do país em cujo território reside, tendo em conta a totalização dos períodos de seguro cumpridos nos dois países, essas prestações serão concedidas ao mesmo beneficiário e ao seus familiares pela instituição do país de residência e a cargo desta instituição, como se ele beneficiasse de pensão apenas ao abrigo da legislação deste último país.

§ 2.º — 1. Quando o beneficiário de uma pensão devida unicamente ao abrigo da legislação de um dos dois países residir no território do outro país, as prestações em espécie são-lhe concedidas, assim como aos familiares, pela

instituição do país de residência, como se o interessado beneficiasse de pensão ao abrigo da legislação deste último país.

2. A abertura do direito às referidas prestações é determinada de acordo com as disposições da legislação do país devedor da pensão. Os familiares, a extensão, a duração e as modalidades da concessão das prestações são determinados de acordo com as disposições da legislação do país de residência.

3. Estas prestações são reembolsadas pela instituição competente do país que concede a pensão, salvo se o interessado tiver direito, por outro título, às mesmas prestações no país da sua residência.

§ 3.º As autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes podem decidir que os reembolsos, previstos no § 2.º do presente artigo, sejam efectuados na base de um montante convencional e determinar as respectivas modalidades de cálculo.

CAPÍTULO II

Prestações de invalidez, diversas das concedidas

em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional

ARTIGO 16.º

§ 1.º Relativamente aos trabalhadores belgas ou portugueses que tenham estado inscritos, sucessiva ou alternadamente, nos dois países, num ou em vários regimes de seguro de invalidez, os períodos de seguro cumpridos sob estes regimes ou os períodos reconhecidos como equivalentes a períodos de seguro ao abrigo dos mesmos regimes são totalizados, nas condições previstas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 22.º, quer para a determinação do direito às prestações pecuniárias ou em espécie, quer para a manutenção ou recuperação desse direito.

§ 2.º As prestações pecuniárias do seguro de invalidez são liquidadas em conformidade com as disposições da legislação que era aplicável ao interessado no momento em que sobreveio a incapacidade de trabalho seguida de invalidez e suportadas pela instituição competente nos termos da mesma legislação.

ARTIGO 17.º

Por derrogação do disposto no § 2.º do artigo 16.º, os direitos às prestações de invalidez dos trabalhadores que estiveram ocupados nas minas, na Bélgica e em Portugal, são determinados segundo as regras definidas no artigo 22.º quando, tendo em conta os períodos totalizados, os mesmos trabalhadores satisfaçam as condições estabelecidas pela legislação especial belga sobre a invalidez dos operários mineiros e equiparados. Quando aqueles trabalhadores não satisfaçam as condições desta última legislação, os seus direitos são determinados nos termos das disposições do artigo 16.º

ARTIGO 18.º

Quando, na data em que sobreveio a incapacidade de trabalho seguida de invalidez, o segurado, referido no artigo 17.º estava ocupado no país que não era o do organismo devedor, será tomado em conta, para a determinação do montante da pensão ou do subsídio de invalidez, o salário atribuído no país do organismo devedor aos trabalhadores da categoria profissional à qual, na mesma data, pertencia o interessado.

ARTIGO 19.º

§ 1.º Se, depois da suspensão da pensão ou do subsídio de invalidez, o segurado recuperar o seu direito, o serviço das prestações será retomado pela instituição devedora da pensão ou do subsídio primitivamente concedido.

§ 2.º Se, depois da supressão da pensão ou do subsídio de invalidez, o estado do segurado justificar de novo a concessão de uma pensão ou de um subsídio de invalidez, este último será liquidado em conformidade com as regras fixadas no artigo 16.º, tendo em conta, eventualmente, o disposto no artigo 17.º

ARTIGO 20.º

Relativamente à abertura do direito à pensão ou ao subsídio de invalidez, o período durante o qual o interessado deve ter recebido o subsídio pecuniário, a título do seguro de doença, anteriormente à atribuição da pensão ou do subsídio de invalidez, é, em todos os casos, o estabelecido pela legislação do país à qual o interessado estava sujeito no momento em que sobreveio a incapacidade de trabalho seguida de invalidez.

ARTIGO 21.º

A pensão ou o subsídio de invalidez são transformados, eventualmente, em pensão de velhice no momento em que se mostrem satisfeitas as condições requeridas pela legislação ao abrigo da qual foi atribuída.

CAPÍTULO III

Prestações de velhice e prestações de morte (pensões) diversas das concedidas em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional

ARTIGO 22.º

§ 1.º — 1. Relativamente aos trabalhadores belgas ou portugueses que estiveram inscritos, sucessiva ou alternadamente, nos dois países, num ou em vários regimes de seguro de velhice ou de seguro de morte (pensões), os períodos de seguro cumpridos sob os mesmos regimes e os períodos reconhecidos como equivalentes a períodos de seguro em virtude dos referidos regimes são totalizados, na medida do necessário, desde que não se sobreponham, quer para a determinação do direito às prestações, quer para manutenção ou a recuperação do mesmo direito.

2. Os períodos a tomar em consideração como equivalentes a períodos de seguro são, em cada país, os períodos considerados como tais pela legislação desse país.

3. Qualquer período reconhecido como equivalente a um período de seguro, simultaneamente, pela legislação belga e pela legislação portuguesa, é tomado em conta, para a liquidação das prestações, pelas instituições do país onde o interessado trabalhou em último lugar antes do período em causa.

§ 2.º — 1. Quando a legislação de um dos dois países subordinar a concessão de certas prestações à condição de os períodos de seguro terem sido cumpridos numa determinada profissão, apenas são totalizados, para a admissão ao benefício dessas prestações, os períodos cumpridos, ou reconhecidos como equivalentes, na mesma profissão exercida no outro país.

2. Quando a legislação de um dos dois países subordinar a concessão de certas prestações à condição de os períodos de seguro terem sido cumpridos numa determinada

profissão e os mesmos períodos não puderem abrir direito às referidas prestações, tais períodos serão considerados como válidos, para a liquidação das prestações previstas para os operários ou para os empregados, segundo o caso, no que respeita à Bélgica, e pelo regime geral de previdência social, no que respeita a Portugal.

§ 3.º — 1. Quando um segurado apenas satisfizer às condições requeridas pela legislação de um dos dois países, para ter direito às prestações, mediante a totalização prevista nos parágrafos anteriores, a instituição competente do mesmo país calcula o montante teórico da prestação a que a segurado teria direito se todos os períodos totalizados tivessem sido cumpridos exclusivamente ao abrigo da legislação que lhe é aplicável.

2. A mesma instituição determina, em seguida, o montante efectivo da prestação que deve ao interessado, com base no montante teórico considerado no número anterior, na proporção da duração dos períodos de seguro cumpridos antes da realização do risco, ao abrigo da legislação que lhe é aplicável, relativamente à duração total dos períodos de seguro cumpridos antes da realização do risco sob as legislações dos dois países.

§ 4.º Quando um segurado satisfizer às condições, requeridas pela legislação de um dos dois países, para ter direito às prestações, sem ser necessário proceder à totalização prevista nos §§ 1.º e 2.º do presente artigo, a instituição competente do mesmo país determina o direito à pensão, directa e exclusivamente, em função dos períodos de seguro cumpridos nesse país.

§ 5.º — 1. Não obstante as disposições dos §§ 1.º, 2.º e 3.º, se a duração total dos períodos de seguro, cumpridos sob a legislação de um dos dois países, não atingir doze meses e se, tendo em conta unicamente estes períodos, não tiver sido adquirido nenhum direito às prestações ao abrigo das disposições da mesma legislação, a instituição desse país não concede quaisquer prestações por tais períodos.

2. Os períodos referidos no número anterior são tomados em conta pela instituição de outro país, para a aplicação dos parágrafos precedentes, com excepção do n.º 2 do § 3.º

3. No caso em que a aplicação do n.º 1 do presente parágrafo venha a desonerar de qualquer obrigação as instituições dos dois países, as prestações são concedidas pela instituição e segundo as modalidades determinadas em acordo administrativo.

ARTIGO 23.º

A concessão da pensão de reforma aos operários mineiros antes da idade de 55 anos, prevista na legislação belga, é reservada aos interessados que satisfaçam as condições exigidas pela mesma legislação, tendo unicamente em conta os serviços efectuados nas minas de carvão belgas.

ARTIGO 24.º

As disposições do artigo 22.º são aplicáveis, por analogia, às pensões de sobrevivência.

CAPÍTULO IV

Disposições comuns aos capítulos I, II e III

ARTIGO 25.º

Se, de acordo com a legislação de um dos dois países, a liquidação das prestações tiver em conta o salário médio durante o período inteiro de seguro ou durante uma parte do mesmo período, o salário médio, tomado em consideração para o cálculo das prestações a cargo desse

país, é determinado em conformidade com os salários verificados durante o período de seguro cumprido ao abrigo da legislação do mesmo país.

CAPÍTULO V

Disposições comuns aos capítulos II e III

ARTIGO 26.º

1. Se a legislação de um dos dois países subordinar a condições de residência o pagamento das pensões ou subsídios de invalidez ou das pensões de velhice e de sobrevivência, quer tais prestações sejam devidas por aplicação do artigo 16.º, quer do § 3.º ou do § 4.º do artigo 22.º, essas condições de residência não são oponíveis aos nacionais belgas ou portugueses enquanto residirem num dos dois países.

2. Todavia, o titular de uma pensão ou subsídio de invalidez deverá obter autorização da instituição competente antes de regressar ao território do outro país ou de transferir a sua residência para o mesmo território.

3. A autorização só pode ser recusada se a deslocação do interessado for desaconselhada por razões clínicas devidamente justificadas.

ARTIGO 27.º

A apresentação do pedido de uma prestação a uma das instituições em que o interessado esteve segurado é considerada como válida pelas outras instituições competentes.

CAPÍTULO VI

Abono de família

ARTIGO 28.º

§ 1.º Se a legislação de um dos dois países subordinar a aquisição do direito ao abono de família ao cumprimento de períodos de trabalho ou equivalentes, a instituição competente desse país toma em conta, na medida do necessário, os períodos efectuados tanto num como no outro país.

§ 2.º — 1. Os trabalhadores portugueses ocupados na Bélgica, cujos descendentes estejam a ser educados em Portugal, têm direito aos abonos de família da legislação belga.

2. Os trabalhadores belgas ocupados em Portugal, cujos descendentes estejam a ser educados na Bélgica, têm direito aos abonos de família da legislação portuguesa.

3. Para a aplicação do presente parágrafo, consideram-se:

- a) Abonos de família da legislação belga: os abonos de família propriamente ditos, previstos pela legislação relativa ao abono de família dos trabalhadores salarizados, com exclusão de qualquer abono especial ou melhoria;
- b) Abonos de família da legislação portuguesa: o abono de família e a prestação complementar em caso de morte do segurado, previstos pela legislação relativa ao abono de família.

4. Um acordo administrativo determinará em particular:

- a) As categorias dos descendentes beneficiários;
- b) As condições de concessão e os quantitativos dos abonos, assim como os períodos durante os quais estes são concedidos.

CAPÍTULO VII

Prestações em caso de acidente de trabalho ou doença profissional

ARTIGO 29.º

Se a legislação de um dos dois países subordinar a condições de residência o pagamento das prestações devidas em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional, tais condições de residência não são oponíveis aos nacionais portugueses ou belgas enquanto residirem num dos dois países.

ARTIGO 30.º

As prestações, previstas pela legislação belga, cuja concessão esteja subordinada a uma condição de estado de necessidade, apenas são concedidas aos beneficiários residentes na Bélgica.

ARTIGO 31.º

As prestações, no caso de doença profissional susceptível de reparação ao abrigo das legislações dos dois países, apenas são concedidas a título da legislação do país em cujo território foi exercido em último lugar o emprego susceptível de provocar uma doença profissional da mesma natureza e sob reserva de que o interessado preencha as condições previstas por essa legislação, tendo em conta, eventualmente, o disposto nos artigos 32.º e 33.º

ARTIGO 32.º

Se a legislação de um dos dois países subordinar a concessão das prestações de doença profissional à condição de que uma actividade, susceptível de provocar tal doença, tenha sido exercida durante um determinado tempo, os períodos durante os quais o trabalhador exerceu uma actividade da mesma natureza no outro país são tidos, igualmente, em consideração, para a determinação da abertura do direito às prestações.

ARTIGO 33.º

§ 1.º Para avaliar o grau de incapacidade permanente resultante de um acidente de trabalho ou de uma doença profissional, relativamente à legislação portuguesa ou belga, os acidentes ou as doenças profissionais ocorridos anteriormente ao abrigo da legislação do outro país são tomados em consideração como se tivessem ocorrido ao abrigo da legislação do primeiro país.

§ 2.º Quando, no caso de agravamento de uma doença profissional, um trabalhador, que beneficie ou tenha beneficiado de reparação por uma doença profissional ao abrigo da legislação de um dos dois países, fizer valer, para uma doença profissional da mesma natureza, direitos a prestações, nos termos da legislação do outro país, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Se o trabalhador não exerceu no território deste último país um emprego susceptível de provocar ou de agravar a doença profissional, a instituição de inscrição do primeiro país continua obrigada a tomar a seu cargo as prestações, nos termos da sua própria legislação, tendo em conta o agravamento;
- b) Se o trabalhador exerceu um tal emprego no território deste último país, a instituição de inscrição do primeiro país continua obrigada a

servir as prestações, nos termos da sua própria legislação, não tendo em conta o agravamento; a instituição de inscrição do outro país concede ao trabalhador um suplemento, cujo montante se determina nos termos da legislação do segundo país e correspondente ao aumento da taxa de incapacidade para o trabalho;

- c) O trabalhador é obrigado a apresentar, à instituição de inscrição do segundo país, uma declaração relativa às prestações anteriormente atribuídas ao abrigo da legislação do primeiro país.

§ 3.º Quando o interessado residir no território do país que não seja aquele onde o trabalhador contraiu a doença profissional, o pedido de prestações pode ser apresentado junto da instituição competente do país de residência do interessado. Neste caso, o pedido deve ser elaborado nas formas e condições exigidas pela legislação do país onde foi contraída a doença profissional.

ARTIGO 34.º

As disposições dos §§ 2.º e 3.º do artigo 15.º são aplicáveis, por analogia, ao trabalhador vítima de um acidente de trabalho ou de uma doença profissional que, depois de ter sido admitido ao benefício das prestações a cargo da instituição competente, seja autorizado por este organismo a regressar ao território do outro país ou a transferir para o mesmo território a sua residência. Todavia, a duração da concessão das prestações é determinada nos termos das disposições da legislação aplicável à instituição competente.

ARTIGO 35.º

O acidente de trabalho ou a doença profissional de que seja vítima, na Bélgica, um trabalhador português, ou, em Portugal, um trabalhador belga, e que tenha ocasionado ou seja de natureza a ocasionar, quer a morte, quer uma incapacidade permanente, total ou parcial, deve ser notificado, pela entidade patronal ou pelas instituições competentes, às autoridades consulares locais do país da nacionalidade da vítima.

CAPÍTULO VIII

Prestações em caso de desemprego

ARTIGO 36.º

1. Os trabalhadores de um dos dois países que se desloquem para o território do outro país beneficiam no país do seu novo lugar de trabalho das prestações previstas pela legislação relativa à protecção dos desempregados involuntários, sob condição de terem iniciado um período de seguro com referência a um emprego cujo exercício tenha sido autorizado em conformidade com a legislação relativa à ocupação dos trabalhadores estrangeiros.

2. Para estabelecer o direito às prestações do seguro contra o desemprego num dos dois países, os períodos de seguro e os períodos equivalentes cumpridos ao abrigo da legislação do mesmo país são totalizados com os períodos de seguro e os períodos equivalentes cumpridos ao abrigo da legislação do outro país.

3. A data e as modalidades de aplicação do disposto no presente artigo serão fixadas por um acordo administrativo.

CAPÍTULO IX

Subsídios de funeral ou de morte

ARTIGO 37.º

§ 1.º Os trabalhadores que se desloquem de um para o outro país terão direito aos subsídios de funeral ou de morte previstos pela legislação do país do novo lugar de trabalho, desde que:

- a) Tenham efectuado neste país um trabalho salariado ou equiparado;
- b) Preencham, no momento do falecimento, as condições requeridas para beneficiarem das prestações em face da legislação do país do seu novo lugar de trabalho, tendo em conta o período de seguro no país donde saíram e o período posterior à sua sujeição à legislação do país do seu novo lugar de trabalho.

§ 2.º A instituição do país de inscrição é obrigada a conceder o subsídio devido a título da legislação que lhe é aplicável, mesmo que o titular do direito resida no território do outro país.

§ 3.º No caso de falecimento de uma pessoa que beneficie de uma pensão de velhice ou de invalidez a cargo das instituições competentes dos dois países, o subsídio é devido pela instituição competente do país onde o trabalhador esteve segurado em último lugar, se, tendo em conta os períodos totalizados, estiverem satisfeitas as condições estabelecidas pela legislação deste país.

§ 4.º — 1. No caso de falecimento de uma pessoa que beneficie, quer de uma pensão de velhice ou de invalidez ou de um subsídio de invalidez a cargo da instituição de um só país, quer de uma prestação devida, nos termos da legislação belga ou portuguesa relativa a acidentes de trabalho ou a doenças profissionais, o subsídio é devido pela instituição competente do país devedor da pensão ou da prestação se estiverem satisfeitas as condições estabelecidas pela legislação deste país.

2. Se o falecimento for devido a uma doença profissional e o direito ao subsídio se verificar nos dois países, aquele subsídio é concedido pela instituição competente do país onde o trabalhador esteve exposto em último lugar ao risco da doença profissional.

TÍTULO IV

Disposições diversas

ARTIGO 38.º

§ 1.º — 1. As autoridades administrativas, assim como as instituições de seguro ou de segurança social dos dois países, prestar-se-ão mutuamente os seus bons officios, na mesma medida como se se tratasse da aplicação dos seus próprios regimes.

2. Um acordo administrativo determinará as autoridades e instituições de cada um dos dois países que estarão habilitadas a corresponderem-se, directamente, entre si, para este efeito, assim como a centralizar, eventualmente, os pedidos dos interessados e os pagamentos de prestações.

§ 2.º As mesmas autoridades e instituições poderão para o mesmo efeito recorrer, subsidiariamente, à intervenção das autoridades diplomáticas e consulares do outro país.

§ 3.º As autoridades diplomáticas e consulares de um dos dois países podem intervir directamente junto das

autoridades administrativas do outro país, a fim de obterem todas as informações úteis à defesa dos interesses dos seus nacionais.

ARTIGO 39.º

1. O benefício de isenções de direitos de registo, de custas, de selo, de taxas consulares, previstos pela legislação de um dos dois países em relação aos documentos a apresentar às autoridades, instituições ou administrações do mesmo país, é extensivo aos documentos correspondentes a apresentar às autoridades, instituições ou administrações do outro país para aplicação da presente Convenção.

2. Para a aplicação deste artigo, assim como dos artigos 40.º e 41.º, o termo «administração» designa, em relação à Bélgica, as instâncias administrativas competentes em matéria de segurança social.

3. Todas as provas, documentos e quaisquer papéis a apresentar para a execução da presente Convenção são dispensados do visto de legalização das autoridades diplomáticas e consulares.

ARTIGO 40.º

As comunicações dirigidas, para a aplicação da presente Convenção, pelos beneficiários desta Convenção ou pelas autoridades, instituições ou administrações às autoridades, instituições ou administrações do outro país serão redigidas numa das línguas oficiais dos dois países.

ARTIGO 41.º

1. As petições e os recursos que deveriam ser apresentados em determinado prazo junto de uma autoridade, de uma instituição ou de uma administração de um dos dois países, competente para receber as petições ou os recursos em matéria de segurança social, são considerados em condições de serem recebidos, se forem apresentados, no mesmo prazo, junto de uma autoridade, de uma instituição ou de uma administração correspondente do outro país. No mesmo caso, esta última autoridade, instituição ou administração deverá transmitir, sem demora, as petições ou recursos.

2. As autoridades administrativas competentes de cada Parte deverão designar as autoridades e organismos habilitados a receberem validamente as petições e recursos.

ARTIGO 42.º

1. As autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes estabelecerão, de comum acordo, as providências necessárias à execução e à aplicação da presente Convenção.

2. As mesmas autoridades administrativas comunicar-se-ão, em devido tempo, as modificações introduzidas na sua legislação ou regulamentação no que respeita aos regimes enumerados no artigo 2.º

3. As autoridades administrativas competentes comunicar-se-ão as demais disposições tomadas, para a execução da presente Convenção, dentro do seu próprio país.

ARTIGO 43.º

São consideradas como autoridades administrativas competentes, no sentido da presente Convenção:

Em Portugal:

O Ministro das Corporações e Previdência Social.

Na Bélgica:

O Ministro da Previdência Social.

ARTIGO 44.º

§ 1.º — 1. As instituições devedoras de prestações por força da presente Convenção desonerar-se-ão delas válidamente na moeda do seu país.

2. No caso de serem decretadas providências restritivas do comércio de divisas, num ou noutro dos dois países, serão estabelecidas imediatamente, por acordo entre os dois Governos, as disposições tendentes a assegurar, em conformidade com o disposto na presente Convenção, a transferência das importâncias devidas por uma e outra parte.

§ 2.º — 1. A instituição devedora de rendas ou pensões de montante mensal inferior a certa importância, a determinar por troca de cartas entre as autoridades administrativas competentes das duas Partes Contratantes, pode pagar trimestral, semestral ou anualmente as referidas rendas e pensões.

2. Com o acordo do interessado, a mesma instituição pode igualmente proceder à remissão, mediante o pagamento de uma quantia que represente o correspondente valor em capital, das rendas ou pensões de montante mensal inferior a certa importância fixada por troca de cartas, tal como se prevê no número anterior.

ARTIGO 45.º

A transferência das prestações devidas, por força das legislações sobre segurança social, a beneficiários que residam num dos dois países, será efectuada segundo as modalidades definidas em acordo administrativo concluído entre as autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes.

ARTIGO 46.º

1. Para a avaliação da incapacidade de trabalho e do grau de invalidez, as instituições de seguro de cada país tomam em consideração os exames médicos e as informações obtidas pelas instituições de seguro do outro país.

2. As autoridades competentes regularão por acordo administrativo as modalidades da inspecção médica necessárias para a aplicação, tanto da presente Convenção, como das legislações de segurança social dos dois países.

ARTIGO 47.º

As formalidades que as disposições legais ou regulamentares de um dos dois países vierem a prever para a concessão, fora do seu território, das prestações dispensadas pelas suas instituições de segurança social, aplicar-se-ão, igualmente, nas mesmas condições que aos seus nacionais, às pessoas admitidas a beneficiarem dessas prestações por força da presente Convenção.

ARTIGO 48.º

As dificuldades relativas à interpretação e à aplicação da presente Convenção serão reguladas de comum acordo, pelas autoridades administrativas competentes das Partes Contratantes.

ARTIGO 49.º

§ 1.º Qualquer período de seguro ou período equivalente cumprido, ao abrigo da legislação de um dos países, antes da data da entrada em vigor da presente Convenção, é tomado em consideração para a determinação do direito às prestações a reconhecer em conformidade com as disposições da presente Convenção.

§ 2.º Qualquer prestação é devida, por força da presente Convenção, ainda que a mesma prestação se rela-

cione com um evento anterior à data da sua entrada em vigor. Para esse efeito, a prestação que não tenha sido liquidada ou que tenha sido suspensa, por causa da nacionalidade do interessado ou por motivo da sua residência no território de um dos dois países, será, a pedido do interessado, liquidada ou restabelecida a partir da entrada em vigor da presente Convenção, sob reserva de os direitos, anteriormente liquidados, não terem dado lugar a um pagamento em capital.

§ 3.º Os direitos dos interessados que tenham obtido, anteriormente à entrada em vigor da presente Convenção, a liquidação de uma pensão ou renda, poderão ser revisados a seu pedido. A revisão terá como efeito atribuir aos beneficiários, a partir da entrada em vigor da presente Convenção, os mesmos direitos que lhes seriam atribuídos se a Convenção estivesse em vigor no momento da liquidação. O pedido de revisão deve ser apresentado no prazo de dois anos, a contar da entrada em vigor da presente Convenção.

§ 4.º Em relação ao direito resultante da aplicação dos §§ 2.º e 3.º do presente artigo, não serão oponíveis aos interessados as disposições previstas pelas legislações dos dois países, no que respeita à caducidade e à prescrição dos direitos, se o pedido, previsto nos §§ 2.º e 3.º, for apresentado no prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da presente Convenção. Se o pedido for apresentado depois de expirar o referido prazo, o direito às prestações, que não tenha caducado ou que não esteja prescrito, é adquirido a partir da data do pedido, salvo se forem aplicáveis disposições mais favoráveis da legislação de um dos dois países.

ARTIGO 50.º

§ 1.º A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados, logo que possível, em Bruxelas.

§ 2.º A Convenção entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à troca dos instrumentos de ratificação.

ARTIGO 51.º

§ 1.º A presente Convenção é concluída para uma duração indeterminada. Pode ser denunciada por cada uma das Partes Contratantes. A denúncia deverá ser notificada, o mais tardar, seis meses antes do termo de cada ano civil considerado; nesse caso, a Convenção deixará de estar em vigor no final desse ano.

§ 2.º No caso de denúncia, as estipulações da presente Convenção continuarão a ser aplicáveis aos direitos adquiridos, não obstante as disposições restritivas que os regimes interessados possam prever para o caso de estadia de um beneficiário no estrangeiro.

§ 3.º No que respeita aos direitos em curso de aquisição relativos aos períodos de seguro cumpridos anteriormente à data em que a presente Convenção deixar de estar em vigor, as estipulações da presente Convenção continuarão a ser aplicáveis nas condições que serão definidas, de comum acordo, pelas Partes Contratantes.

**Convention Générale
sur la Sécurité Social entre la République du Portugal
et le Royaume de Belgique**

Le Président de la République du Portugal et Sa Majesté le Roi des Belges, animés du désir de garantir le bénéfice des législations sur la sécurité sociale en vigueur

dans les deux Etats contractants aux personnes auxquelles s'appliquent ou ont été appliquées ces législations, ont résolu de conclure une convention et, à cet effet, ont nommé leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Président de la République du Portugal: Son Excellence Monsieur Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício, Ministre des Affaires Etrangères,

Sa Majesté le Roi des Belges: Son Excellence Monsieur Placide de Paepe, Ministre de la Prévoyance Sociale,

lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs, reconnus en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

TITRE I

Dispositions générales

ARTICLE 1^{er}

1. Les travailleurs belges ou portugais sont soumis, respectivement, aux législations de sécurité sociale, énumérées à l'article 2 de la présente Convention, applicables au Portugal ou en Belgique et en bénéficient, ainsi que leurs ayants droit dans les mêmes conditions que les ressortissants de chacun de ces Etats.

2. Pour l'application de la présente Convention, on entend par «travailleurs» les travailleurs salariés ou assimilés aux salariés par lesdites législations de sécurité sociale.

ARTICLE 2

§ 1^{er} Les législations de sécurité sociale auxquelles s'applique la présente Convention sont les législations suivantes, applicables dans les territoires visés à l'article 4:

A) Belgique:

- a) La législation relative à l'assurance maladie-invalidité des travailleurs salariés et des marins de la marine marchande et la législation relative à la pension d'invalidité des ouvriers mineurs et assimilés;
- b) La législation relative à la pension de retraite et de survie des travailleurs salariés;
- c) La législation relative aux allocations familiales des travailleurs salariés;
- d) La législation relative aux accidents du travail, y compris celle relative aux gens de mer;
- e) La législation relative aux maladies professionnelles;
- f) La législation relative au chômage involontaire.

B) Portugal:

- a) La législation de prévoyance sociale concernant le régime général des assurances maladie-maternité, invalidité, vieillesse et décès;
- b) La législation concernant les régimes spéciaux de prévoyance sociale établis pour certaines catégories de personnes, relatifs aux matières ci-dessus;
- c) La législation sur les accidents du travail et les maladies professionnelles;
- d) La législation relative aux allocations familiales;
- e) La législation relative au chômage.

§ 2 — 1. La présente Convention s'applique également à tous les actes législatifs ou réglementaires qui modifieront ou compléteront les législations énumérées au § 1^{er} du présent article.

2. Toutefois, elle ne s'appliquera:

- a) Aux actes législatifs ou réglementaires couvrant une branche nouvelle de la sécurité sociale que si un arrangement intervient à cet effet entre les Parties contractantes;
- b) Aux actes législatifs ou réglementaires qui étendront les régimes existants à de nouvelles catégories de bénéficiaires que s'il n'y a pas, à cet égard, opposition du Gouvernement de la Partie contractante qui modifie sa législation, notifiée au Gouvernement de l'autre Partie, dans un délai de trois mois à dater de la publication officielle desdits actes.

ARTICLE 3

Les dispositions de la présente Convention ne s'appliquent pas aux agents diplomatiques et consulaires de carrière, y compris les fonctionnaires appartenant au cadre des chancelleries, mais elles s'appliquent aux travailleurs, quelle que soit leur nationalité, occupés dans les postes diplomatiques ou consulaires belges ou portugais ou qui sont au service personnel d'agents de ces postes.

ARTICLE 4

La présente Convention s'applique:

- a) En ce qui concerne le Royaume de Belgique, au territoire belge;
- b) En ce qui concerne la République du Portugal, au territoire du Portugal continental, des archipels de Madère, des Açores et du Cap-Vert.

ARTICLE 5

1. Lorsque la législation de l'une des Parties contractantes prévoit la réduction, la suppression ou la suspension d'une prestation en cas de cumul de cette prestation avec une autre prestation de sécurité sociale ou avec une rémunération, la prestation acquise en vertu de la législation de l'autre Partie contractante ou une rémunération obtenue sur le territoire de l'autre Partie contractante est également opposable au bénéficiaire de la prestation.

2. Toutefois en cas de cumul d'une prestation liquidée conformément à l'article 22, § 3, de la présente Convention, avec une prestation acquise en vertu de la législation de l'autre Partie contractante, il n'est pas tenu compte de cette dernière prestation, pour l'application du 1, si celle-ci a elle-même été liquidée conformément à l'article 22, § 3, de la présente Convention.

TITRE II

Dispositions déterminant la législation applicable

ARTICLE 6

§ 1^{er} Les travailleurs occupés sur le territoire de l'un des deux pays sont soumis aux législations en vigueur au lieu de leur travail.

§ 2. Les travailleurs occupés à bord d'un navire sont soumis à la législation de la Partie contractante dont le navire bat pavillon.

ARTICLE 7

§ 1^{er} Le principe posé au § 1^{er} de l'article 6 comporte les exceptions suivantes:

- a) Les travailleurs occupés dans un pays autre que celui de leur résidence habituelle par une entreprise ayant dans le pays de cette résidence un établissement dont les intéressés relèvent normalement, demeurent soumis aux législations en vigueur dans le pays de leur lieu de travail habituel, pour autant que leur occupation sur le territoire de l'autre pays ne se prolonge pas au-delà de douze mois; dans le cas où cette occupation, se prolongeant pour des motifs imprévisibles au-delà de la durée primitivement prévue, excéderait douze mois, l'application des législations en vigueur dans le pays du lieu de travail habituel pourra exceptionnellement être reconduite pour une durée de douze mois au maximum, avec l'accord des autorités compétentes du pays du lieu de travail occasionnel; la demande de prolongation doit être introduite avant l'expiration du délai de douze mois;
- b) Les travailleurs des entreprises publiques ou privées de transport de l'un des deux pays, occupés dans l'autre pays, soit d'une façon permanente, soit passagèrement, soit comme personnel ambulant, sont exclusivement soumis aux dispositions en vigueur dans le pays où l'entreprise a son siège; toutefois, dans le cas où l'entreprise possède sur le territoire du pays autre que celui où est établi son siège, une succursale ou une représentation permanente, les travailleurs occupés par celle-ci sont soumis à la législation du pays sur le territoire duquel la succursale ou la représentation permanente se trouve;
- c) Les travailleurs d'un service administratif officiel, détachés par et pour le compte de l'un des deux pays, restent soumis à la législation en vigueur dans le pays d'où ils sont détachés;
- d) Les travailleurs occupés dans les postes diplomatiques ou consulaires belges ou portugais ou qui sont au service personnel d'agents de ces postes, peuvent, s'ils sont des ressortissants de l'Etat représenté par le poste diplomatique ou consulaire, opter entre l'application de la législation de leur pays d'origine ou celle du lieu de leur travail; ce droit d'option ne peut être exercé qu'une seule fois et dans un délai à déterminer par arrangement administratif.

§ 2. Le principe posé au § 2 de l'article 6 comporte l'exception suivante:

Le travailleur qui, n'étant pas occupé habituellement sur mer, est occupé dans les eaux territoriales ou dans un port d'un des deux pays, sur un navire battant pavillon de l'autre pays, sans appartenir à l'équipage de ce navire, est soumis à la législation du premier pays.

ARTICLE 8

Les autorités administratives compétentes des Parties contractantes peuvent prévoir, d'un commun accord, des exceptions aux dispositions des articles 6 et 7.

TITRE III

Dispositions particulières

CHAPITRE I

Prestations en cas de maladie et de maternité

ARTICLE 9

Les travailleurs, ainsi que leurs ayants droit, qui se rendent du Portugal en Belgique ou inversement, bénéficient des prestations de l'assurance maladie dans le pays du nouveau lieu de travail, pour autant que ces travailleurs:

- a) Aient été aptes au travail à leur dernière entrée sur le territoire de ce pays;
- b) Aient effectué, dans ce pays, un travail salarié ou assimilé;
- c) REMPLISSENT les conditions requises pour bénéficier de ces prestations au regard de la législation du pays de leur nouveau lieu de travail, compte tenu de la période d'assurance dans le pays qu'ils ont quitté et de la période postérieure à leur assujettissement à la législation du pays de leur nouveau lieu de travail.

ARTICLE 10

Les travailleurs, ainsi que leurs ayants droit, qui se rendent du Portugal en Belgique ou inversement, bénéficient des prestations de l'assurance maternité dans le pays du nouveau lieu de travail, pour autant que ces travailleurs:

- a) Aient effectué, dans ce pays, un travail salarié ou assimilé;
- b) REMPLISSENT les conditions requises pour bénéficier de ces prestations au regard de la législation du pays de leur nouveau lieu de travail, compte tenu de la période d'assurance dans le pays qu'ils ont quitté et de la période postérieure à leur assujettissement à la législation du pays de leur nouveau lieu de travail.

ARTICLE 11

La totalisation des périodes visées aux articles 9, c), 10, b), et 37, § 1^{er}, b), n'est applicable que si l'occupation dans le pays du nouveau lieu de travail débute dans un délai d'un mois à compter de la fin de l'occupation dans le pays de l'ancien lieu de travail.

ARTICLE 12

1. Les ayants droit d'un travailleur qui a droit à prestations en vertu de la législation du pays d'affiliation bénéficient des prestations en nature de l'assurance maladie-maternité lorsqu'ils résident sur le territoire du pays autre que celui du lieu d'affiliation du travailleur, pour autant qu'ils n'aient pas droit aux prestations en nature de la législation du pays de résidence.

2. L'ouverture du droit auxdites prestations est déterminée suivant les dispositions de la législation du pays d'affiliation. Les ayants droit ainsi que l'étendue, la durée et les modalités du service des prestations sont déterminés suivant les dispositions de la législation du pays de résidence.

3. L'institution du pays d'affiliation rembourse à l'institution du pays de résidence les trois quarts des dépenses afférentes à ces prestations. Les autorités administratives

compétentes des Parties contractantes peuvent décider que ces remboursements s'opéreront sur la base d'un montant forfaitaire dont elles déterminent les modalités de calcul.

ARTICLE 13

1. Les travailleurs ainsi que leurs ayants droit bénéficient, en cas de séjour dans l'un des deux pays, n'excédant pas un délai à fixer par arrangement administratif, des prestations en nature de l'assurance maladie-maternité conformément à la législation du pays de séjour, pour autant qu'ils puissent prétendre à ces prestations en vertu de la législation du pays d'affiliation.

2. L'institution du pays d'affiliation rembourse à l'institution du pays de séjour les dépenses effectives afférentes à ces prestations, telles qu'elles résultent de la comptabilité des institutions qui les ont servies.

ARTICLE 14

§ 1^{er} Un travailleur, admis au bénéfice des prestations à charge d'une institution de l'un des deux pays, qui réside sur le territoire dudit pays, conserve ce bénéfice, lorsqu'il transfère sa résidence sur le territoire de l'autre pays. Toutefois, avant le transfert, le travailleur doit obtenir l'autorisation de l'institution compétente. Ces dispositions sont applicables par analogie au travailleur qui va se faire soigner sur le territoire de l'autre pays, sans pour autant y transférer sa résidence.

§ 2. Lorsqu'un travailleur a droit aux prestations conformément aux dispositions du paragraphe précédent, les prestations en nature sont servies par l'institution du lieu de son séjour ou de sa nouvelle résidence suivant les dispositions de la législation appliquée par ladite institution.

§ 3. Les prestations en espèces sont, dans les cas prévus au présent article, servies directement aux intéressés par l'institution du pays compétent. Toutefois, cette dernière institution peut demander à l'institution du lieu de séjour ou de la nouvelle résidence de servir ces prestations pour son compte.

§ 4. Les dispositions du présent article sont applicables par analogie aux ayants droit.

§ 5. Les dispositions de l'article 12, 2 et 3, s'appliquent par analogie.

ARTICLE 15

§ 1^{er} Lorsque le titulaire de pensions dues au titre des législations des deux pays a droit aux prestations en nature au titre de la législation du pays sur le territoire duquel il réside, compte tenu de la totalisation des périodes d'assurance accomplies dans les deux pays, ces prestations sont servies à ce titulaire et à ses ayants droit par l'institution du pays de résidence et à la charge de cette institution, comme s'il était titulaire d'une pension au titre de la seule législation de ce dernier pays.

§ 2 — 1. Lorsque le titulaire d'une pension due au titre de la législation d'un seul des deux pays réside sur le territoire de l'autre pays, les prestations en nature lui sont servies, ainsi qu'aux ayants droit, par l'institution du pays de résidence, comme si l'intéressé était titulaire d'une pension au titre de la législation de ce dernier pays.

2. L'ouverture du droit auxdites prestations est déterminée suivant les dispositions de la législation du pays débiteur de la pension. Les ayants droit, l'étendue, la durée et les modalités du service des prestations sont déterminés suivant les dispositions de la législation du pays de résidence.

3. Ces prestations sont remboursées par l'institution compétente du pays qui accorde la pension, sauf si, dans

son pays de résidence, l'intéressé a droit, en une autre qualité, à ces prestations.

§ 3. Les autorités administratives compétentes des Parties contractantes peuvent décider que les remboursements visés au § 2 du présent article s'opéreront sur la base d'un montant forfaitaire dont elles déterminent les modalités de calcul.

CHAPITRE II

Prestations d'invalidité autres que celles servies en cas d'accident de travail ou de maladie professionnelle

ARTICLE 16

§ 1^{er} Pour les travailleurs belges ou portugais qui ont été affiliés successivement ou alternativement dans les deux pays à un ou plusieurs régimes d'assurance invalidité, les périodes d'assurance accomplies sous ces régimes ou les périodes reconnues équivalentes à des périodes d'assurance en vertu desdits régimes sont totalisées dans les conditions prévues aux §§ 1^{er} et 2 de l'article 22, tant en vue de la détermination du droit aux prestations en espèces ou en nature qu'en vue du maintien ou du recouvrement de ce droit.

§ 2. Les prestations en espèces de l'assurance invalidité sont liquidées conformément aux dispositions de la législation qui était applicable à l'intéressé au moment où est survenue l'incapacité de travail suivie d'invalidité et supportées par l'institution compétente aux termes de cette législation.

ARTICLE 17

Par dérogation aux dispositions du § 2 de l'article 16, les droits aux prestations d'invalidité des travailleurs qui ont été occupés dans les mines en Belgique et au Portugal sont déterminés suivant les règles définies à l'article 22 lorsque, compte tenu des périodes totalisées, ces travailleurs remplissent les conditions prévues par la législation spéciale belge sur l'invalidité des ouvriers mineurs et assimilés. Lorsque ces travailleurs ne remplissent pas les conditions de cette dernière législation, leurs droits sont déterminés en vertu des dispositions de l'article 16.

ARTICLE 18

Lorsque à la date où est survenue l'incapacité de travail suivie d'invalidité, l'assuré visé à l'article 17 était occupé dans le pays autre que celui de l'organisme débiteur, il est tenu compte, pour la détermination du montant de la pension ou de l'indemnité d'invalidité, du salaire accordé dans le pays de l'organisme débiteur aux travailleurs de la catégorie professionnelle à laquelle appartenait l'intéressé à cette date.

ARTICLE 19

§ 1^{er} Si, après suspension de la pension ou de l'indemnité d'invalidité, l'assuré recouvre son droit, le service des prestations est repris par l'institution débitrice de la pension ou de l'indemnité primitivement accordée.

§ 2. Si, après suppression de la pension ou de l'indemnité d'invalidité, l'état de l'assuré justifie à nouveau l'octroi d'une pension ou d'une indemnité d'invalidité, cette dernière est liquidée suivant les règles fixées à l'article 16, compte tenu, le cas échéant, des dispositions de l'article 17.

ARTICLE 20

Pour l'ouverture du droit à la pension ou à l'indemnité d'invalidité, la période pendant laquelle l'intéressé doit avoir reçu l'indemnité en espèces au titre de l'assurance maladie préalablement à l'attribution de la pension ou de l'indemnité d'invalidité est, dans tous les cas, celle prévue par la législation du pays à laquelle il était soumis au moment où est survenue l'incapacité de travail suivie d'invalidité.

ARTICLE 21

La pension ou l'indemnité d'invalidité est transformée, le cas échéant, en pension de vieillesse au moment où se trouvent remplies les conditions requises par la législation en vertu de laquelle elle a été attribué.

CHAPITRE III

**Prestations de vieillesse et prestations de décès
(pensions) autres que celles servies en cas d'accident
du travail ou de maladie professionnelle**

ARTICLE 22

§ 1^{er} — 1. Pour les travailleurs belges ou portugais qui ont été affiliés successivement ou alternativement dans les deux pays à un ou plusieurs régimes d'assurance-vieillesse ou d'assurance-décès (pensions), les périodes d'assurance accomplies sous ces régimes et les périodes reconnues équivalentes à des périodes d'assurance en vertu desdites régimes sont, dans la mesure nécessaire, totalisées, à la condition qu'elles ne se superposent pas, tant en vue de la détermination du droit aux prestations qu'en vue du maintien ou du recouvrement de ce droit.

2. Les périodes à prendre en considération comme équivalentes à des périodes d'assurance sont, dans chaque pays, celles considérées comme telles par la législation de ce pays.

3. Toute période reconnue équivalente à une période d'assurance en vertu, à la fois, de la législation belge et de la législation portugaise, est prise en compte, pour la liquidation des prestations, par les institutions du pays où l'intéressé a travaillé en dernier lieu avant la période en cause.

§ 2 — 1. Lorsque la législation de l'un des deux pays subordonne l'octroi de certaines prestations à la condition que les périodes d'assurance aient été accomplies dans une profession déterminée, ne sont totalisées, pour l'admission au bénéfice de ces prestations, que les périodes accomplies ou reconnues équivalentes dans la même profession exercée dans l'autre pays.

2. Lorsque la législation de l'un des deux pays subordonne l'octroi de certaines prestations à la condition que les périodes d'assurance aient été accomplies dans une profession déterminée et lorsque ces périodes n'ont pu donner droit auxdites prestations, lesdites périodes sont considérées comme valables pour la liquidation des prestations prévues pour les ouvriers ou pour les employés, selon le cas, en ce qui concerne la Belgique et par le régime général de prévoyance sociale en ce qui concerne le Portugal.

§ 3 — 1. Lorsqu'un assuré ne satisfait aux conditions requises par la législation d'un des deux pays pour avoir droit aux prestations que compte tenu de la totalisation prévue aux paragraphes précédents, l'institution compétente de ce pays calcule le montant théorique de la prestation à laquelle il aurait droit si toutes les périodes totalisées avaient été accomplies exclusivement sous la législation qu'elle applique.

2. Ladite institution fixe ensuite le montant effectif de la prestation qu'elle doit à l'intéressé, sur la base du

montant théorique visé au 1, au prorata de la durée des périodes d'assurance accomplies avant la réalisation du risque sous la législation qu'elle applique, par rapport à la durée totale des périodes d'assurance accomplies avant la réalisation du risque sous les législations des deux pays.

§ 4. Lorsqu'un assuré satisfait aux conditions requises par la législation d'un des deux pays pour avoir droit aux prestations sans qu'il soit nécessaire de procéder à la totalisation prévue aux §§ 1^{er} et 2 du présent article, l'institution compétente de ce pays calcule le droit à la pension directement et exclusivement en fonction des périodes d'assurance accomplies dans ce pays.

§ 5 — 1. Nonobstant les dispositions des §§ 1^{er}, 2 et 3, si la durée totale des périodes d'assurance accomplies sous la législation d'un des deux pays, n'atteint pas douze mois et si, compte tenu de ces seules périodes, aucun droit aux prestations n'est acquis en vertu des dispositions de cette législation, l'institution de ce pays n'accorde pas de prestations pour ces périodes.

2. Les périodes visées au 1 sont prises en compte par l'institution de l'autre pays, pour l'application des paragraphes précédents, à l'exception du § 3, 2.

3. Au cas où l'application du 1 du présent paragraphe aurait pour effet de décharger de toute obligation les institutions des deux pays, les prestations sont accordées par l'institution et suivant les modalités déterminées par arrangement administratif.

ARTICLE 23

L'octroi aux ouvriers mineurs de la pension de retraite avant l'âge de 55 ans, prévu par la législation belge est réservée aux intéressés qui remplissent les conditions exigées par ladite législation, compte tenu de leurs services dans les seules mines de charbon belges.

ARTICLE 24

Les dispositions de l'article 22 s'appliquent par analogie pour les pensions aux survivants.

CHAPITRE IV

Dispositions communes aux chapitres I, II et III

ARTICLE 25

Si, d'après la législation de l'un des deux pays, la liquidation des prestations tient compte du salaire moyen de la période entière d'assurance ou d'une partie de ladite période, le salaire moyen pris en considération pour le calcul des prestations à la charge de ce pays est déterminé d'après les salaires constatés pendant la période d'assurance accomplie sous la législation dudit pays.

CHAPITRE V

Dispositions communes aux chapitres II et III

ARTICLE 26

1. Si la législation de l'un des deux pays subordonne à des conditions de résidence le paiement des pensions ou indemnités d'invalidité ou des pensions de vieillesse et de survie, qu'elles soient dues en application soit de l'article 16, soit du § 3 ou du § 4 de l'article 22, lesdites conditions de résidence ne sont pas opposables aux ressortissants belges ou portugais, tant qu'ils résident dans l'un des deux pays.

2. Toutefois, le titulaire d'une pension ou indemnité d'invalidité devra obtenir l'autorisation de l'institution compétente avant de retourner sur le territoire de l'autre pays ou d'y transférer sa résidence.

3. L'autorisation ne peut être refusée que si le déplacement de l'intéressé est déconseillé pour des raisons médicales dûment établies.

ARTICLE 27

L'introduction d'une demande de prestation à l'une des institutions auprès de laquelle l'intéressé a été assuré, est considérée comme valable pour les autres institutions compétentes.

CHAPITRE VI

Allocations familiales

ARTICLE 28

§ 1^{er} Si la législation de l'un des deux pays subordonne l'acquisition du droit aux allocations familiales à l'accomplissement de périodes de travail ou assimilées, l'institution compétente de ce pays tient compte, dans la mesure nécessaire, des périodes effectuées tant dans l'un que dans l'autre pays.

§ 2 — 1. Les travailleurs portugais occupés en Belgique et dont les enfants sont élevés au Portugal ont droit aux allocations familiales de la législation belge.

2. Les travailleurs belges occupés au Portugal et dont les enfants sont élevés en Belgique ont droit aux allocations familiales de la législation portugaise.

3. Pour l'application du présent paragraphe, il y a lieu d'entendre par:

- a) Allocations familiales de la législation belge: les allocations familiales proprement dites prévues par la législation relative aux allocations familiales des travailleurs salariés, à l'exclusion de toute allocation spéciale ou majorée;
- b) Allocations familiales de la législation portugaise: les allocations familiales et la prestation complémentaire en cas de décès de l'assuré, prévues par la législation relative aux allocations familiales.

4. Un arrangement administratif déterminera notamment:

- a) Les catégories d'enfants bénéficiaires;
- b) Les conditions d'octroi et les taux des allocations familiales, ainsi que les périodes pour lesquelles elles sont accordées.

CHAPITRE VII

Prestations en cas d'accident du travail ou de maladie professionnelle

ARTICLE 29

Si la législation de l'un des deux pays subordonne à des conditions de résidence le paiement des prestations dues en cas d'accident du travail ou de maladie professionnelle, lesdites conditions de résidence ne sont pas opposables aux ressortissants portugais ou belges, tant qu'ils résident dans l'un des deux pays.

ARTICLE 30

Les prestations prévues par la législation belge, dont l'octroi est subordonné à une condition de besoin, ne sont servies qu'aux bénéficiaires résidant en Belgique.

ARTICLE 31

Les prestations, en cas de maladie professionnelle susceptible d'être réparée en vertu de la législation des deux pays, ne sont accordées qu'au titre de la législation du pays sur le territoire duquel l'emploi susceptible de provoquer une maladie professionnelle de cette nature a été exercé en dernier lieu et sous réserve que l'intéressé remplisse les conditions prévues par cette législation, compte tenu, le cas échéant, des dispositions des articles 32 et 33.

ARTICLE 32

Si la législation d'un des deux pays subordonne l'octroi des prestations de maladie professionnelle à la condition qu'une activité susceptible de provoquer une telle maladie ait été exercée pendant une durée déterminée, les périodes pendant lesquelles le travailleur a exercé une activité de même nature dans l'autre pays sont également prises en considération pour la détermination de l'ouverture du droit aux prestations.

ARTICLE 33

§ 1^{er} Pour apprécier le degré d'incapacité permanente, résultant d'un accident du travail ou d'une maladie professionnelle, au regard de la législation portugaise ou belge, les accidents du travail ou les maladies professionnelles survenus antérieurement sous la législation de l'autre pays sont pris en considération comme s'ils étaient survenus sous la législation du premier pays.

§ 2. Lorsque, en cas d'aggravation d'une maladie professionnelle, un travailleur qui bénéficie ou qui a bénéficié d'une réparation pour une maladie professionnelle, en vertu de la législation de l'un des deux pays fait valoir, pour une maladie professionnelle de même nature, des droits à prestations en vertu de la législation de l'autre pays, les règles suivantes sont applicables:

- a) Si le travailleur n'a pas exercé sur le territoire de ce dernier pays un emploi susceptible de provoquer la maladie professionnelle ou de l'aggraver, l'institution d'affiliation du premier pays reste tenue de prendre à sa charge les prestations en vertu de sa propre législation, compte tenu de l'aggravation;
- b) Si le travailleur a exercé sur le territoire de ce dernier pays un tel emploi, l'institution d'affiliation du premier pays reste tenue de servir les prestations en vertu de sa propre législation, compte non tenu de l'aggravation; l'institution d'affiliation de l'autre pays octroie au travailleur le supplément dont le montant est déterminé selon la législation de ce second pays et correspond à la majoration du taux d'incapacité de travail;
- c) Le travailleur est tenu de présenter à l'institution d'affiliation du second pays une déclaration relative aux prestations attribuées antérieurement en vertu de la législation du premier pays.

§ 3. Lorsque l'intéressé réside sur le territoire du pays autre que celui où le travailleur a contracté la maladie professionnelle, la demande de prestations peut être introduite auprès de l'institution compétente du pays de résidence de l'intéressé. Dans ce cas, la demande doit être établie dans les formes et conditions exigées par la législation du pays où la maladie professionnelle a été contractée.

ARTICLE 34

Les dispositions des §§ 2 et 3 de l'article 15 s'appliquent par analogie au travailleur victime d'un accident du travail ou d'une maladie professionnelle qui, après avoir été admis au bénéfice des prestations à charge de l'institution compétente, est autorisé par cet organisme à retourner sur le territoire de l'autre pays ou à y transférer sa résidence. Toutefois, la durée du service des prestations est déterminée suivant les dispositions de la législation appliquée par l'institution compétente.

ARTICLE 35

Tout accident du travail ou maladie professionnelle survenu à un travailleur portugais en Belgique ou à un travailleur belge au Portugal et qui a occasionné ou qui est de nature à occasionner soit la mort, soit une incapacité permanente, totale ou partielle, doit être notifié par l'employeur ou par les institutions compétentes aux autorités consulaires locales du pays auquel ressortit la victime.

CHAPITRE VIII

Prestations en cas de chômage

ARTICLE 36

1. Les travailleurs de l'un des deux pays, se rendant sur le territoire de l'autre, bénéficient dans le pays de leur nouveau lieu de travail des prestations prévues par la législation relative au soutien des chômeurs involontaires, à la condition d'avoir commencé une période d'assurance dans le cadre d'un emploi dont l'exercice a été autorisé conformément à la législation relative à l'occupation des travailleurs étrangers.

2. Pour établir le droit aux prestations de l'assurance contre le chômage dans l'un des deux pays, les périodes d'assurance et les périodes assimilées accomplies en vertu de la législation de ce pays sont totalisées avec les périodes d'assurance et les périodes assimilées accomplies en vertu de la législation de l'autre pays.

3. Un arrangement administratif fixera la date et les modalités d'application des dispositions du présent article.

CHAPITRE IX

Allocations funéraires ou de décès

ARTICLE 37

§ 1^{er} Les travailleurs qui se rendent d'un pays dans l'autre, ouvriront droit aux allocations funéraires ou de décès prévues par la législation du pays du nouveau lieu de travail, pour autant que:

- a) Ils aient effectué dans ce pays un travail salarié ou assimilé;
- b) Ils remplissent, au moment du décès, les conditions requises pour le bénéfice des prestations au regard de la législation du pays de leur nouveau lieu de travail, compte tenu de la période d'assurance dans le pays qu'ils ont quitté et de la période postérieure à leur assujettissement à la législation du pays de leur nouveau lieu de travail.

§ 2. L'institution du pays d'affiliation est tenue d'accorder l'allocation due au titre de la législation qu'elle applique, même si le bénéficiaire réside sur le territoire de l'autre pays.

§ 3. En cas de décès d'une personne bénéficiant d'une pension de vieillesse ou d'invalidité à charge des institutions compétentes des deux pays, l'allocation est due par l'institution compétente du pays dans lequel le travailleur avait été assuré en dernier lieu, si, en tenant compte des périodes totalisées, les conditions exigées par la législation de ce pays sont remplies.

§ 4 — 1. En cas de décès d'une personne bénéficiant soit d'une pension de vieillesse ou d'invalidité ou d'une indemnité d'invalidité à charge de l'institution d'un seul pays, soit d'une prestation due en vertu de la législation belge ou portugaise relative aux accidents du travail ou aux maladies professionnelles, l'allocation est due par l'institution compétente du pays débiteur de la pension ou de la prestation, si les conditions exigées par la législation de ce pays sont remplies.

2. Si le décès est dû à une maladie professionnelle et que le droit à l'allocation est ouvert dans les deux pays, cette allocation est servie par l'institution compétente du pays où le travailleur a été exposé en dernier lieu au risque de la maladie professionnelle.

TITRE IV

Dispositions diverses

ARTICLE 38

§ 1^{er} — 1. Les autorités administratives ainsi que les institutions d'assurance ou de sécurité sociale des deux pays se prêteront mutuellement leurs bons offices, dans la même mesure que s'il s'agissait de l'application de leurs propres régimes.

2. Un arrangement administratif déterminera les autorités et institutions de chacun des deux pays qui seront habilités à correspondre directement entre elles à cet effet, ainsi qu'à centraliser, le cas échéant, les demandes des intéressés et les versements de prestations.

§ 2. Ces autorités et institutions pourront subsidiairement recourir, dans le même but, à l'intervention des autorités diplomatiques et consulaires de l'autre pays.

§ 3. Les autorités diplomatiques et consulaires de l'un des deux pays peuvent intervenir directement auprès des autorités administratives de l'autre pays, en vue de recueillir tous renseignements utiles pour la défense des intérêts de leurs ressortissants.

ARTICLE 39

1. Le bénéfice des exemptions du droit d'enregistrement, de greffe, de timbre et de taxes consulaires prévues par la législation de l'un des deux pays pour les pièces à produire aux autorités, institutions ou juridictions de ce pays, est étendu aux pièces correspondantes à produire pour l'application de la présente Convention, aux autorités, institutions ou juridictions de l'autre pays.

2. Pour l'application du présent article, ainsi que des articles 40 et 41, le terme «juridiction» désigne, pour la Belgique, les juridictions administratives compétentes en matière de sécurité sociale.

3. Tous actes, documents et pièces quelconques à produire pour l'exécution de la présente Convention sont dispensés du visa de légalisation des autorités diplomatiques et consulaires.

ARTICLE 40

Les communications adressées pour l'application de la présente Convention par les bénéficiaires de cette

Convention ou par les autorités, institutions ou juridictions aux autorités, institutions ou juridictions de l'autre pays seront rédigées dans l'une des langues officielles des deux pays.

ARTICLE 41

1. Les demandes et les recours qui devraient être introduits dans un délai déterminé auprès d'une autorité, d'une institution ou d'une juridiction d'un des deux pays, compétente pour recevoir les demandes ou les recours en matière de sécurité sociale, sont considérés comme recevables s'ils sont présentés dans le même délai auprès d'une autorité, d'une institution ou d'une juridiction correspondante de l'autre pays. Dans ce cas, cette dernière autorité, institution ou juridiction devra transmettre, sans retard, ces demandes ou ces recours.

2. Les autorités administratives compétentes de chaque Partie devront désigner les autorités et organismes habilités à recevoir valablement les demandes et recours.

ARTICLE 42

1. Les autorités administratives compétentes des Parties contractantes arrêteront d'un commun accord les mesures nécessaires à l'exécution et à l'application de la présente Convention.

2. Les mêmes autorités administratives se communiqueront en temps utile les modifications survenues dans leur législation ou leur réglementation concernant les régimes énumérés à l'article 2.

3. Les autorités administratives compétentes se communiqueront les autres dispositions prises à l'intérieur de leur pays, en vue de l'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 43

Sont considérées comme autorités administratives compétentes au sens de la présente Convention:

Au Portugal:

Le Ministre des Corporations et de la Prévoyance Sociale;

En Belgique:

Le Ministre de la Prévoyance Sociale.

ARTICLE 44

§ 1^{er} — 1. Les institutions débitrices de prestations en vertu de la présente Convention s'en libéreront valablement dans la monnaie de leur pays.

2. Au cas où des mesures de restriction des changes seraient arrêtées dans l'un ou l'autre des deux pays, des dispositions seraient prises aussitôt, d'accord entre les deux Gouvernements, pour assurer, conformément aux dispositions de la présente Convention, les transferts des sommes dues de part et d'autre.

§ 2 — 1. L'institution débitrice de rentes ou pensions dont le montant mensuel est inférieur à une somme à déterminer par échange de lettres entre les autorités administratives compétentes des deux Parties contractantes peut payer lesdites rentes et pensions trimestriellement, semestriellement ou annuellement.

2. Avec l'accord de l'intéressé, elle peut également procéder au rachat, moyennant le paiement d'une somme représentant leur valeur en capital, des rentes ou pensions dont le montant mensuel est inférieur à une somme fixée par échanges de lettres tel qu'il est prévu au 1.

ARTICLE 45

Le transfert des prestations dues au titre des législations sur la sécurité sociale, à des bénéficiaires résidant dans l'un des deux pays, sera effectué suivant les modalités définies dans un arrangement administratif conclu entre les autorités administratives compétentes des Parties contractantes.

ARTICLE 46

1. Pour l'appréciation de l'incapacité de travail et du degré d'invalidité les institutions d'assurance de chaque pays font état des constatations médicales et des renseignements recueillis par les institutions d'assurance de l'autre pays.

2. Les autorités compétentes régleront par arrangement administratif les modalités du contrôle médical nécessaires à l'application tant de la présente Convention que des législations de sécurité sociale des deux pays.

ARTICLE 47

Les formalités que les dispositions légales ou réglementaires de l'un des deux pays pourraient prévoir pour le service en dehors de son territoire, des prestations dispensées par ses institutions de sécurité sociale s'appliqueront également, dans les mêmes conditions qu'à leurs ressortissants, aux personnes admises au bénéfice de ces prestations en vertu de la présente Convention.

ARTICLE 48

Les difficultés relatives à l'interprétation et à l'application de la présente Convention seront réglées, d'un commun accord, par les autorités administratives compétentes des Parties contractantes.

ARTICLE 49

§ 1^{er} Toute période d'assurance ou période assimilée, accomplie en vertu de la législation de l'un des pays avant la date d'entrée en vigueur de la présente Convention, est prise en considération pour la détermination du droit aux prestations s'ouvrant conformément aux dispositions de la présente Convention.

§ 2. Une prestation est due en vertu de la présente Convention, même si elle se rapporte à un événement antérieur à la date de son entrée en vigueur. À cet effet, toute prestation qui n'a pas été liquidée ou qui a été suspendue à cause de la nationalité de l'intéressé ou en raison de sa résidence sur le territoire de l'un des deux pays, sera, à la demande de l'intéressé, liquidée ou rétablie à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, sous réserve que les droits antérieurement liquidés n'aient pas donné lieu à un règlement en capital.

§ 3. Les droits des intéressés ayant obtenu, antérieurement à l'entrée en vigueur de la présente Convention, la liquidation d'une pension ou rente, pourront être révisés à leur demande. La révision aura pour effet d'accorder aux bénéficiaires, à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, les mêmes droits que si la Convention avait été en vigueur au moment de la liquidation. La demande de révision doit être introduite dans un délai de deux ans, à compter de l'entrée en vigueur de la présente Convention.

§ 4. Quant au droit résultant de l'application des §§ 2 et 3 du présent article, les dispositions prévues par les législations des deux pays, en ce qui concerne la déchéance et la prescription des droits, ne sont pas opposables aux intéressés si la demande visée aux §§ 2 et 3 du présent article est présentée dans un délai de deux ans à compter

de l'entrée en vigueur de la présente Convention. Si la demande est présentée après l'expiration de ce délai, le droit aux prestations qui n'est pas frappé de déchéance ou qui n'est pas prescrit est acquis à partir de la date de la demande, à moins que des dispositions plus favorables de la législation d'un des deux pays ne soient applicables.

ARTICLE 50

§ 1^{er} La présente Convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés aussitôt que possible à Bruxelles.

§ 2. Elle entrera en vigueur le premier jour du deuxième mois qui suit l'échange des instruments de ratification.

ARTICLE 51

§ 1^{er} La présente Convention est conclue pour une durée indéterminée. Elle peut être dénoncée par chacune des Parties contractantes. La dénonciation devra être notifiée au plus tard six mois avant l'expiration de chaque année civile considérée; la Convention cessera alors d'être en vigueur à la fin de cette année.

§ 2. En cas de dénonciation, les stipulations de la présente Convention resteront applicables aux droits acquis, nonobstant les dispositions restrictives que les régimes intéressés prévoiraient pour le cas de séjour à l'étranger d'un bénéficiaire.

§ 3. En ce qui concerne les droits en cours d'acquisition afférents aux périodes d'assurance accomplis antérieurement à la date à laquelle la présente Convention cessera d'être en vigueur, les stipulations de cette Convention resteront applicables dans les conditions qui seront définies d'un commun accord par les Parties contractantes.

Algemeen Verdrag Betreffende de Sociale Zekerheid Tussen de Republiek Portugal en het Koninkrijk België

De president van de Republiek Portugal en Zijne Majesteit de Koning der Belgen, Besield met het verlangen het voordeel van de wetgevingen betreffende de sociale zekerheid welke in de beide verdragsluitende Staten van kracht zijn, te waarborgen aan de personen op wie deze wetgevingen van toepassing zijn of waren, hebben besloten een Verdrag te sluiten en hebben te dien einde hun gevolmachtigden aangesteld, te weten:

De president van de Republiek Portugal: Zijn Excellentie de Heer Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício, Minister van Buitenlandse Zaken.

Zijne Majesteit de Koning der Belgen: Zijn Excellentie de Heer Placide de Paepe, Minister van Sociale Voorzorg.

Die, na uitwisseling van hun volmachten, welke in goede en behoorlijke vorm werden bevonden omtrent volgende bepalingen overeengekomen zijn:

TITEL I

Algemene bepalingen

ARTIKEL 1

1. De Belgische of Portugese werknemers worden respectievelijk onderworpen aan de wetgevingen betreffende de sociale zekerheid, vermeld bij artikel 2 van dit Verdrag, die in Portugal of in België van kracht zijn,

en genieten, evenals hun rechthebbenden, de voordelen ervan onder dezelfde voorwaarden als de onderdanen van elk van deze Staten.

2. Voor de toepassing van dit Verdrag wordt er onder «werknemers» verstaan, de werknemers of de door genoemde wetgevingen van sociale zekerheid met werknemers gelijkgestelden.

ARTIKEL 2

§ 1. De wetgevingen betreffende de sociale zekerheid waarop dit Verdrag toepasselijk is, zijn de volgende wetgevingen, die van toepassing zijn op de grondgebieden beoogd bij artikel 4.

A) België:

- a) De wetgeving betreffende de ziekte- en invaliditeitsverzekering voor werknemers en voor zeelieden ter koopvaardij en de wetgeving betreffende het invaliditeitspensioen voor mijnwerkers en ermede gelijkgestelden;
- b) De wetgeving betreffende het rust- en overlevingspensioen voor werknemers;
- c) De wetgeving betreffende de kinderbijslag voor werknemers;
- d) De wetgeving betreffende de arbeidsongevallen, deze betreffende de zeelieden;
- e) De wetgeving betreffende de beroepsziekten;
- f) De wetgeving betreffende de onvrijwillige werkloosheid.

B) Portugal:

- a) De wetgeving van sociale voorzorg betreffende de algemene regeling van de ziekte-, moederschaps-, invaliditeits-, ouderdoms- en overlijdensverzekeringen;
- b) De wetgeving betreffende de bijzondere regelingen voor sociale voorzorg, ingericht voor bepaalde categorieën van personen en betreffende de navermelde materies;
- c) De wetgeving op de arbeidsongevallen en de beroepsziekten;
- d) De wetgeving betreffende de kinderbijslag;
- e) De wetgeving betreffende de werkloosheid.

§ 2 — 1. Dit Verdrag wordt eveneens van toepassing op alle wetgevende of reglementaire akten die de in § 1 van dit artikel bedoelde wetgevingen zullen wijzigen of aanvullen.

2. Het zal nochtans slecht van toepassing zijn:

- a) Op de wetgevende of reglementaire akten betreffende een nieuwe tak van de sociale zekerheid, indien tussen de verdragsluitende landen daaromtrent een Schikking wordt getroffen;
- b) Op de wetgevende of reglementaire akten waarbij de bestaande regelingen tot nieuwe categorieën van gerechtigden worden uitgebreid, indien door de Regering van het verdragsluitende land dat haar wetgeving wijzigt, binnen een periode van drie maand te rekenen vanaf de officiële bekendmaking van bedoelde akten, aan de Regering van de andere partij geen verzet hieromtrent wordt betekend.

ARTIKEL 3

De bepalingen van dit Verdrag zijn niet van toepassing op de diplomatieke of consulaire agenten van beroep, inclusief de ambtenaren die behoren tot het kader van de kanselarijen, doch zij zijn van toepassing op de

werknemers, van welke nationaliteit ook, die in Belgische of Portugese diplomatieke of consulaire posten of in de persoonlijke dienst van agenten dezer posten tewerkgesteld zijn.

ARTIKEL 4

Dit Verdrag is van toepassing:

- a) Ten aanzien van het Koninkrijk België, op het Belgisch grondgebied;
- b) Ten aanzien van de Republiek Portugal, op het grondgebied van het Portugese vasteland, van de eilanden van Madeira, van de Azoren en van Kaap Verde.

ARTIKEL 5

1. Wanneer de wetgeving van een der verdragsluitende Partijen de vermindering, de afschaffing of de schorsing van een prestatie bepaalt in geval van samenloop van deze prestatie met een andere sociale-zekerheidsprestatie of met een bezoldiging, dan zal de prestatie, verworven krachtens de wetgeving van de andere verdragsluitende Partij, of een bezoldiging, verkregen op het grondgebied van de andere verdragsluitende Partij, eveneens een beletsel zijn voor de gerechtigde op de prestatie.

2. Nochtans wordt er bij samenloop van een prestatie die overeenkomstig artikel 22, § 3, van dit Verdrag werd uitbetaald, met een prestatie verworven krachtens de wetgeving van de andere verdragsluitende Partij, geen rekening gehouden met laatstgenoemde prestatie voor de toepassing van 1, indien deze zelf overeenkomstig artikel 22, § 3, van dit Verdrag werd uitbetaald.

TITEL II

Bepalingen tot vaststelling van de toepasselijke wetgeving

ARTIKEL 6

§ 1. De werknemers die op het grondgebied van een van beide landen zijn tewerkgesteld, zijn aan de vigerende wetgevingen van hun arbeidsplaats onderworpen.

§ 2. De werknemers die aan boord van een schip zijn tewerkgesteld, zijn onderworpen aan de wetgeving van de verdragsluitende Partij onder wier vlag het schip vaart.

ARTIKEL 7

§ 1. Ten aanzien van het beginsel, vervat in § 1 van artikel 6, gelden de volgende uitzonderingen:

- a) De werknemers die in een ander land dan dat van hun gewone verblijfplaats tewerkgesteld worden door een onderneming welke in het land van deze verblijfplaats een inrichting heeft waarvan de betrokkenen normaal afhangen, blijven aan de vigerende wetgevingen van het land van hun gewone arbeidsplaats onderworpen, voor zover hun tewerkstelling op het grondgebied van het ander land niet langer dan twaalf maanden duurt: ingeval deze tewerkstelling, wegens onvoorziene redenen, de aanvankelijke voorziene duur overschrijdt en langer dan twaalf maanden duurt, kan de toepassing van de vigerende wetgevingen van het land van de gewone arbeidsplaats uitzonderlijk gehandhaafd blijven voor de duur van ten hoogste twaalf maanden, na overleg met de gevoegde overheden van het land van de toevallige arbeidsplaats; de aanvraag om verlenging moet vóór het verstrijken

van de termijn van twaalf maanden ingediend worden;

- b) De werknemers van de openbare of particuliere vervoerondernemingen van een van beide landen, die in het andere land, hetzij voortdurend, hetzij voor korte tijd, hetzij als reizend personeel, zijn tewerkgesteld, zijn uitsluitend onderworpen aan de bepalingen die gelden in het land waar de onderneming haar zetel heeft; nochtans, indien de onderneming op het grondgebied van het andere land dan dit waar haar zetel is gevestigd, een filiaal of een permanente vertegenwoordiging heeft, dan zijn de werknemers, die door deze worden tewerkgesteld onderworpen aan de wetgeving van het land op wiens grondgebied het filiaal of de permanente vertegenwoordiging is gevestigd;
- c) De werknemers van een officiële administratieve dienst, die door en voor rekening van een van beide landen worden gedetacheerd, blijven onderworpen aan de wetgeving die geldt in het land van waaruit zij werden gedetacheerd;
- d) De werknemers die in de Belgische of Portugese diplomatieke of consulaire posten zijn tewerkgesteld of die in de persoonlijke dienst van agenten van deze posten zijn, kunnen, indien zij onderdanen zijn van de Staat die door de diplomatieke of consulaire post wordt vertegenwoordigd, kiezen tussen de toepassing van de wetgeving van hun land van herkomst of deze van de plaats van hun arbeid; van dit keuzerecht kan slechts eenmaal worden gebruik gemaakt en dit in een termijn die bij Administratieve Schikking zal worden bepaald.

§ 2. Ten aanzien van het beginsel, vervat in § 2 van artikel 6, geldt de volgende uitzondering:

De werknemer die hoewel niet gewoonlijk op zee tewerkgesteld, toch in de territoriale wateren of in een haven van een van beide landen is tewerkgesteld op een schip dat vaart onder de vlag van het andere land, zonder tot de bemanning van dit schip te behoren, is onderworpen aan de wetgeving van het eerste land.

ARTIKEL 8

De bevoegde administratieve overheden van de Verdragsluitende Partijen mogen, in gemeen overleg, uitzonderingen bepalen op de artikelen 6 en 7.

TITEL III

Bijzondere bepalingen

HOOFDSTUK I

Prestaties ingeval van ziekte en moederschap

ARTIKEL 9

De werknemers alsook hun rechthebbenden, die zich van Portugal naar België begeven, of andersom, hebben aanspraak op de prestaties van de ziekteverzekering in het land van hun nieuwe arbeidsplaats, voor zover deze werknemers:

- a) Bij hun laatste aankomst op het grondgebied van dit land arbeidsgeschikt waren;
- b) In dit land, loonarbeid of ermede gelijkgestelde arbeid hebben verricht;

- c) De vereiste voorwaarden vervullen om deze prestaties volgens de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats te genieten, rekening houdend met de verzekeringsperiode in het land dat zij hebben verlaten en met de periode na hun onderwerping aan de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats.

ARTIKEL 10

De werknemers alsook hun rechthebbenden, die zich van Portugal naar België begeven, of andersom, hebben aanspraak op de prestaties van de moederschapsverzekering in het land van hun nieuwe arbeidsplaats, voor zover deze werknemers:

- a) In dit land, loonarbeid of ermede gelijkgestelde arbeid hebben verricht;
- b) De vereiste voorwaarden vervullen om deze prestaties volgens de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats te genieten, rekening houdend met de verzekeringsperiode in het land dat zij hebben verlaten en met de periode na hun onderwerping aan de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats.

ARTIKEL 11

De samentelling van de bij artikelen 9, c), 10, b), en 37, § 1, b), beoogde perioden is slechts van toe passing wanneer de tewerkstelling in het land van de nieuwe arbeidsplaats begint binnen een termijn van één maand, te rekenen vanaf het einde van de tewerkstelling in het land van de vroegere arbeidsplaats.

ARTIKEL 12

1. De rechthebbenden van een werknemer, die aanspraak heeft op prestaties krachtens de wetgeving van het land van aansluiting, genieten de verstrekkingen van de ziekte- en moederschapsverzekering, wanneer zij verblijven op het grondgebied van het andere land dan dit van de aansluiting van de werknemer, voor zover zij geen recht hebben op de verstrekkingen van de wetgeving van het land van verblijf.

2. Het verkrijgen van het recht op de bedoelde verstrekkingen wordt vastgesteld overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving van het land van aansluiting. De rechthebbenden, evenals de omvang, de duur en de modaliteiten voor de toekenning der verstrekkingen worden vastgesteld overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving van het land van verblijf.

3. De instelling van het land aansluiting betaalt aan de instelling van het land van verblijf de drie vierden terug van de uitgaven met betrekking tot deze verstrekkingen. De bevoegde administratieve autoriteiten van de verdragsluitende Partijen kunnen beslissen date deze terugbetalingen zullen worden verricht op grond van een forfaitair bedrag waarvan zij de nadere berekeningsregelen bepalen.

ARTIKEL 13

1. De werknemers alsook hun rechthebbenden genieten, in geval van verblijf in een van beide landen dat een bij Administratieve Schikking te bepalen termijn niet overschrijdt, de verstrekkingen van de ziekte- en moederschapsverzekering overeenkomstig de wetgeving van het land van verblijf, voor zover zij aanspraak kunnen maken op deze verstrekkingen krachtens de wetgeving van het land van aansluiting.

2. De instelling van het land van aansluiting betaalt aan de instelling van het land van verblijf de uitgaven met betrekking tot deze prestaties terug, zoals deze blijken uit de boekhouding van de instellingen die deze prestaties hebben verleend.

ARTIKEL 14

§ 1. Een werknemer die het recht op prestaties ten laste van een instelling van een van beide landen verkrijgt en die op het grondgebied van dit land verblijft, behoudt dit recht wanneer hij zijn woonplaats naar het grondgebied van het andere land overbrengt. Nochtans dient de werknemer, vóór het overbrengen, de toelating van de bevoegde instelling te bekomen. Deze bepalingen zijn, bij analogie, van toepassing op de werknemer die zich laat verzorgen op het grondgebied van het andere land zonder er zijn woonplaats te hebben overgebracht.

§ 2. Wanneer een werknemer recht heeft op prestaties overeenkomstig de bepalingen van de voorgaande paragraaf, worden de verstrekkingen hem verleend door de instelling van de verblijfplaats of van zijn nieuwe woonplaats, overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving die door deze instelling wordt toegepast.

§ 3. De uitkeringen worden, in te bij dit artikel beoogde gevallen, rechtstreeks aan de betrokkenen betaald door de instelling van het bevoegde land. Nochtans mag laatstgenoemde instelling, aan de instelling van de verblijfplaats of van de nieuwe woonplaats, vragen deze prestaties voor harr rekening uit te betalen.

§ 4. De bepalingen van dit artikel zijn, bij analogie, van toepassing op de rechthebbenden.

§ 5. De bepalingen van artikel 12, 2 en 3 zijn, bij analogie, van toepassing.

ARTIKEL 15

§ 1. Wanneer de gerechtigde op pensioenen, die uit hoofde van de wetgevingen van beide landen verschuldigd zijn, recht heeft op verstrekkingen uit hoofde van de wetgeving van het land op wiens grondgebied hij verblijft, rekening gehouden met de samentelling van de verzekeringsperioden die werden volbracht in beide landen, worden deze prestaties aan deze gerechtigde en aan zijn rechthebbenden verleend door de instelling van het land verblijf en ten laste van deze instelling, alsof hij enkel gerechtigd ware op een pensioen uit hoofde van de wetgeving van dit laatste land.

§ 2 — 1. Wanneer de gerechtigde op een pensioen, dat verschuldigd is uit hoofde van de wetgeving van een enkel van beide landen, op het grondgebied van het andere land verblijft, worden de verstrekkingen hem alsook aan de rechthebbenden, door de instelling van het land van verblijf verleend, alsof de betrokkene gerechtigd ware op een pensioen uit hoofde van de wetgeving van dit laatste land.

2. Het ingaan van het recht op deze prestaties wordt vastgesteld overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving van het land dat het pensioen verschuldigd is. De rechthebbenden, de omvang, de duur en de nadere toekenningsregelen van de prestaties worden vastgesteld overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving van het woonland.

3. Deze prestaties worden door de bevoegde instelling van het land dat het pensioen verleend, terugbetaald, behoudens wanneer de betrokkene in zijn woonland, in een andere hoedanigheid, recht heeft op deze prestaties.

§ 3. De bevoegde administratieve autoriteiten van de verdragsluitende Partijen kunnen beslissen dat de bij § 2

van dit artikel beoogde terugbetalingen zullen worden verricht op grond van een forfaitair bedrag waarvan zij de nadere berekeningsregelen bepalen.

HOOFDSTUK II

Andere invaliditeitsuitkeringen dan deze die in geval van arbeidsongeval of beroepsziekte worden uitgekeerd

ARTIKEL 16

§ 1. Voor de Belgische of Portugese werknemers, die achtereenvolgens of beurtelings in beide landen bij één of verschillende regelingen voor invaliditeitsverzekering waren aangesloten, worden de in deze regelingen volbrachte verzekeringsperioden of de perioden die overeenkomstig beoogde regelingen als verzekeringsperioden zijn erkend, onder de in § 1 en 2 van artikel 22 bepaalde voorwaarden samengeteld, zowel voor de vaststelling van het recht op uitkeringen of verstrekkingen als voor het behoud of het herstel van dit recht.

§ 2. De uitkeringen van de invaliditeitsverzekering worden uitbetaald overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving die ou belanghebbende van toepassing was toen de arbeidsongeschiktheid die de invaliditeit tengevolge had zich voordeed en komen ten laste van de instelling die overeenkomstig deze wetgeving bevoegd is.

ARTIKEL 17

In afwijking van de bepalingen van § 2 van artikel 16, worden de rechten op de invaliditeitsuitkeringen van de werknemers die in België en in Portugal in de mijnen werden tewerkgesteld, overeenkomstig de in artikel 22 bepaalde regele vastgesteld wanneer, rekening houdend met de samentelling van de perioden, deze werknemers de voorwaarden vervullen bepaald bij de bijzondere Belgische wetgeving betreffende de invaliditeit van de mijnwerkers en de ermede gelijkgestellten. Wanneer deze werknemers de voorwaarden van laatstgenoemde wetgeving niet vervullen, worden hun rechten vastgesteld overeenkomstig de bepalingen van artikel 16.

ARTIKEL 18

Wanneer de bij artikel 17 beoogde verzekerde, op de datum waarop de arbeidsongeschiktheid die de invaliditeit ten gevolge had zich voordeed, was tewerkgesteld in het andere land van dit van de instelling die de uitkering verschuldigd is, wordt er, voor de vaststelling van het bedrag van het invaliditeitspensioen of van de invaliditeitsuitkering, rekening gehouden met het loon dat in het land van de instelling die de uitbetaling verschuldigd is, wordt toegekend aan de werknemers van de beroepscategorie waartoe de belanghebbende op die datum behoorde.

ARTIKEL 19

§ 1. Indien de verzekerde, na een schorsing van het invaliditeitspensioen of van de invaliditeitsuitkering zijn recht terug verkrijgt, worden de uitkeringen opnieuw uitbetaald door de instelling die het aanvankelijk toegekend pensioen of de uitkering verschuldigd was.

§ 2. Indien na de afschaffing van het invaliditeitspensioen of van de invaliditeitsuitkering, de toekenning van een invaliditeitspensioen of van een invaliditeitsuitkering wegens de toestand van de verzekerde verantwoord is, wordt die uitkering overeenkomstig de bij artikel 16 vastgestelde regelen uitbetaald, waarbij in voorkomend geval, met de bepalingen van artikel 17 rekening wordt gehouden.

ARTIKEL 20

Voor het verkrijgen van het recht op het invaliditeitspensioen of op de invaliditeitsuitkering, is de periode gedurende dewelke de belanghebbende de uitkering ingevolge de ziekteverzekering, vóór de toekenning van het invaliditeitspensioen of van de invaliditeitsuitkering, dient bekomen te hebben, in elk geval deze die bepaald is bij de wetgeving aan dewelke hij onderworpen was op het ogenblik dat de arbeidsongeschiktheid, die de invaliditeit ten gevolge heeft gehad, zich heeft, voorgedaan.

ARTIKEL 21

Het invaliditeitspensioen of de invaliditeitsuitkering wordt, in voorkomend geval omgezet in een ouderdomspensioen, zodra voldaan is aan de voorwaarden bepaald bij de wetgeving krachtens dewelke zij werden toegekend.

HOOFDSTUK III

Ouderdomsuitkeringen en uitkeringen bij overlijden (pensioen) andere dan die welke bij arbeidsongeval of beroepsziekte worden verleend

ARTIKEL 22

§ 1 — 1. Voor de Belgische of Portugese werknemers die achtereenvolgens of beurtelings in beide landen bij één of verschillende regelingen voor ouderdomsverzekering of verzekering bij overlijden (pensioen) waren aangesloten, worden de onder die regelingen volbrachte verzekeringsperioden en de perioden die overeenkomstig deze regelingen als gelijkwaardig met verzekeringsperioden zijn erkend, voor zover nodig, samengeteld, zowel voor de vaststelling van het recht op de uitkeringen, als voor het behoud of the herstel van dit recht, op voorwaarde dat zij niet samenvallen.

2. De perioden die als gelijkwaardig met verzekeringsperioden in aanmerking komen, zijn in elk land, die welke ingevolge de wetgeving van dat land als dusdanig worden beschouwd.

3. Elke periode die terzelfdertijd overeenkomstig de Belgische en de Portugese wetgeving als verzekeringsperiode wordt erkend, wordt voor de uitbetaling van de uitkeringen in aanmerking genomen door de instellingen van het land waar belanghebbende het laatst vóór deze periode heeft gewerkt.

§ 2 — 1. Wanneer de wetgeving van een van beide landen de toekenning van sommige prestaties afhankelijk stelt van de voorwaarde dat de verzekeringsperioden werden volbracht in een bepaald beroep, dan worden, voor het verkrijgen van het voordeel van deze prestaties, enkel de perioden die werden volbracht of die als gelijkwaardig worden erkend in hetzelfde beroep dat in het andere land werd uitgeoefend, samengeteld.

2. Wanneer de wetgeving van een van beide landen de toekenning van sommige prestaties afhankelijk stelt van de voorwaarde dat de verzekeringsperioden werden volbracht in een bepaald beroep en wanneer deze perioden geen recht konden geven op deze prestaties, worden zij als geldig beschouwd voor de uitkering van de prestaties waarin voorzien is voor de arbeiders of voor de bedienden, naargelang van het geval, wat België betreft en door de algemene regeling voor sociale zekerheid, wat Portugal betreft.

§ 3 — 1. Wanneer een verzekerde slechts rekening houdend met de samentelling die begood is in de voorgaande paragrafen, voldoet aan de voorwaarden die bij

de wetgeving van een van beide landen zijn vereist om recht te hebben op de prestaties, berekent de bevoegde instelling van dat land, het theoretisch bedrag van de prestatie op dewelke hij recht zou hebben indien alle samengetelde perioden uitsluitend waren volbracht geworden onder de wetgeving die zij toepast.

2. Deze instelling bepaalt vervolgens het werkelijke bedrag van de prestatie die zij de betrokkene verschuldigd is, op grond van het theoretisch bedrag beoogd bij 1, naar rata van de duur van de verzekeringsperioden die werden volbracht vóór de realisatie van het risico onder de wetgeving die zij toepast, in verhouding tot de totale duur van de verzekeringsperioden die werden volbracht vóór de realisatie van het risico onder de wetgevingen van beide landen.

§ 4. Wanneer een verzekerde de voorwaarden vervult die zijn vereist bij de wetgeving van een van beide landen, om recht te hebben op de prestaties zonder dat het nodig weze over te gaan tot de samentelling beoogd bij §§ 1 en 2 van dit artikel, berekent de bevoegde instelling van dat land het recht op pensioen rechtstreeks en uitsluitend in functie van de verzekeringsperioden die in dit land werden volbracht.

§ 5 — 1. Niettegenstaande de bepalingen van §§ 1, 2 en 3, verleent de instelling van een van beide landen geen prestaties voor sommige perioden, indien de gezamenlijke duur van de verzekeringsperioden die onder de wetgeving van dit land werden volbracht, geen twaalf maanden beloopt en indien, uitsluitend rekening gehouden met deze perioden, geen enkel recht op prestaties werd verworven overeenkomstig de bepalingen van deze wetgeving.

2. De bij 1 beoogde perioden worden door de instelling van het andere land in aanmerking genomen voor de toepassing van de voorgaande paragrafen, met uitsluiting van § 3, 2.

3. Indien de toepassing van 1 van deze paragraaf voor gevolg zou hebben dat de instellingen van beide landen zouden ontlast worden van elke verplichting, worden de prestaties verleend door de instelling en overeenkomstig de nadere regelen zoals bij Administratieve Schikking wordt bepaald.

ARTIKEL 23

De toekenning aan de mijnwerkers van het rustpensioen vóór de leeftijd van 55 jaar, zoals beoogd bij de Belgische wetgeving, is voorbehouden aan de betrokkenen die de voorwaarden vervullen welke bij deze wetgeving zijn vereist, uitsluitend rekening gehouden met de diensten in de Belgische steenkolenmijnen.

ARTIKEL 24

De bepalingen van artikel 22 zijn, bij analogie, van toepassing op de overlevingspensioenen.

HOOFDSTUK IV

Gemeenschappelijke bepalingen van de hoofdstukken I, II en III

ARTIKEL 25

Wanneer, overeenkomstig de wetgeving van een van beide landen, bij de uitbetaling van de prestaties rekening wordt gehouden met het gemiddelde loon voor de volledige verzekeringsperiode of voor een gedeelte van deze periode, wordt het gemiddelde loon dat in aanmerking

komt voor de berekening van de prestaties ten bezware van dat land, bepaald overeenkomstig de lonen die werden vastgesteld gedurende de verzekeringsperiode die werd volbracht onder de wetgeving van dat land.

HOOFDSTUK V

Gemeenschappelijke bepalingen van de hoofdstukken II en III

ARTIKEL 26

1. Indien de wetgeving van een van beide landen de uitbetaling van de invaliditeitspensioenen of -uitkeringen of van ouderdoms- en overlevingspensioenen van verblijfsvoorwaarden afhankelijk stelt, of zij nu verschuldigd zijn bij toepassing van artikel 16, of van § 3 of van § 4 van artikel 22, kunnen bedoelde verblijfsvoorwaarden niet ingebracht worden tegen de Belgische of Portugese onderdanen, zolang zij in een van beide landen verblijven.

2. Nochtans dient de gerechtigde op een invaliditeitspensioen of -uitkering van de bevoegde instelling de toelating te bekomen vooraleer hij terugkeert naar het grondgebied van het andere land of er zijn woonplaats overbrengt.

3. De toelating kan slechts worden geweigerd indien de verplaatsing van de betrokkene wegens behoorlijk gestaafde geneeskundige redenen wordt afgeraden.

ARTIKEL 27

Het indienen van een aanvraag om prestaties bij één van de instellingen waarbij de betrokkene is verzekerd geweest, wordt door de andere bevoegde instellingen als geldig beschouwd.

HOOFDSTUK VI

Kinderbijslag

ARTIKEL 28

§ 1. Indien de wetgeving van een van beide landen het verkrijgen van het recht op kinderbijslag afhankelijk stelt van het volbrengen van arbeidsperioden of gelijkgestelde perioden, houdt de bevoegde instelling van dat land, in de nodige mate, rekening met de perioden die werden volbracht zowel in het ene als in het andere land.

§ 2 — 1. De in België tewerkgestelde Portugese werknemers, wier kinderen in Portugal worden opgevoed, hebben recht op de kinderbijslag die voortvloeit uit de Belgische wetgeving.

2. De in Portugal tewerkgestelde Belgische werknemers, wier kinderen in België worden opgevoed, hebben recht op de kinderbijslag die voortvloeit uit de Portugese wetgeving.

3. Voor de toepassing van deze paragraaf, dient er te worden verstaan onder:

- a) «Kinderbijslag die voortvloeit uit de Belgische wetgeving»: de eigenlijke kinderbijslag zoals beoogd bij de wetgeving betreffende de kinderbijslag voor werknemers met uitsluiting van elke bijzondere of verhoogde bijslag;
- b) «Kinderbijslag die voortvloeit uit de Portugese wetgeving»: de kinderbijslag en de aanvullende prestatie bij overlijden van de verzekerde zoals bij de wetgeving betreffende de kinderbijslag is voorzien.

4. Bij Administratieve Schikking zullen inzonderheid worden bepaald:

- a) De categorie van rechtgevende kinderen;
- b) De toekenningsvoorwaarden en de bedragen van de kinderbijslag alsook de perioden voor de welke zij worden verleend.

HOOFDSTUK VII

Prestaties bij arbeidsongeval of beroepsziekte

ARTIKEL 29

Indien de wetgeving van een van beide landen de uitbetaling van de bij arbeidsongeval of beroepsziekte verschuldigde prestaties van verblijfsvoorwaarden afhankelijk stelt, kunnen deze verblijfsvoorwaarden niet worden ingebracht tegen de Portugese of Belgische onderdanen, zolang zij in een van beide landen verblijven.

ARTIKEL 30

De in de Belgische wetgeving bepaalde prestaties, waarvan de toekenning afhankelijk is van een staat van behoefte, worden enkel aan de in België verblijvende gerechtigden uitbetaald.

ARTIKEL 31

Ingeval van beroepsziekte welke uit hoofde van de wetgeving van beide landen kan worden vergoed, worden de prestaties slechts verleend uit hoofde van de wetgeving van het land op wiens grondgebied de tewerkstelling, die een beroepsziekte van die aard tot gevolg kon hebben, in de laatste plaats werd uitgeoefend en onder voorbehoud dat de betrokkene de voorwaarden vervult die bij deze wetgeving zijn bepaald, rekening gehouden, eventueel met de bepalingen van de artikelen 32 en 33.

ARTIKEL 32

Indien de wetgeving van een van beide landen de toekenning van de prestaties wegens beroepsziekte afhankelijk stelt van de voorwaarde dat gedurende bepaalde tijd een activiteit werd uitgeoefend waardoor dergelijke ziekte kon worden veroorzaakt, worden de perioden, gedurende dewelke de werknemer een gelijkaardige activiteit in het andere land heeft uitgeoefend, voor het ingaan van het recht op prestaties eveneens in aanmerking genomen.

ARTIKEL 33

§ 1. Om de graad van blijvende arbeidsongeschiktheid, die voortvloeit uit een arbeidsongeval of uit een beroepsziekte, ten aanzien van de Portugese of van de Belgische wetgeving te kunnen beoordelen, worden de arbeidsongevallen of de beroepsziekten, die vroeger onder de wetgeving van het andere land zijn voorgekomen, in aanmerking genomen alsof zij zich onder de wetgeving van het eerste land hadden voorgedaan.

§ 2. Wanneer een werknemer, die een schadeloosstelling voor een beroepsziekte ontvangt of ontvangen heeft ingevolge de wetgeving van een van beide landen, ingeval van verergering van een beroepsziekte zijn recht op prestaties voor een beroepsziekte van dezelfde aard laat gelden ingevolge de wetgeving van het andere land, zijn de volgende regelen van toepassing:

- a) Wanneer de werknemer op het grondgebied van laatstgenoemd land geen beroep heeft uitgeoefend,

dat van aard is een beroepsziekte te veroorzaken of te doen verergeren, is de instelling van aansluiting van het eerste land voortverplicht de prestatie ingevolge haar eigen wetgeving ten laste te nemen, met inachtneming van de verergering;

- b) Wanneer de werknemer op het grondgebied van laatstgenoemd land wel een dergelijk beroep heeft uitgeoefend, moet de instelling van aansluiting van het eerste land de prestaties ingevolge haar eigen wetgeving blijven uitbetalen, zonder inachtneming van de verergering; de instelling van aansluiting van het andere land kent aan de werknemer de aanvullende vergoeding toe, waarvan het bedrag volgens de wetgeving van dit tweede land wordt bepaald en dat met de verhoging van de graad van arbeidsongeschiktheid overeenstemt;
- c) De werknemer is ertoe gehouden aan de instelling van aansluiting van het tweede land, een verklaring betreffende de prestaties die vroeger werden verleend overeenkomstig de wetgeving van het eerste land, over te leggen.

§ 3. Wanneer de belanghebbende op het grondgebied van het andere land verblijft, dan dat waar de werknemer de beroepsziekte heeft opgedaan, mag de aanvraag om prestaties bij de bevoegde instelling van het land van de verblijfplaats van de betrokkene worden ingediend. In dit geval moet de aanvraag worden opgemaakt in de vormen en onder de voorwaarden gesteld bij de wetgeving van het land waar de beroepsziekte werd opgedaan.

ARTIKEL 34

De bepalingen van de §§ 2 en 3 van artikel 15 zijn, bij analogie, van toepassing op de werknemer die getroffen wordt door een arbeidsongeval of een beroepsziekte en die, na tot het voordeel van prestaties ten bezware van de bevoegde instelling te zijn toegelaten, door deze instelling er toe gemachtigd wordt terug te keren op het grondgebied van het andere land of er zijn woonplaats over te brengen. Nochtans wordt de duur van de uitkering van de prestaties bepaald overeenkomstig de bepalingen van de wetgeving die door de bevoegde instelling wordt toegepast.

ARTIKEL 35

Elk arbeidsongeval of elke beroepsziekte overkomen aan een Portugese werknemer in België of aan een Belgische werknemer in Portugal en die hetzij de dood, hetzij een blijvende, volledige of gedeeltelijke arbeidsongeschiktheid veroorzaakt heeft of kan veroorzaken, dient door de werkgever of door de bevoegde instellingen aan de plaatselijke consulaire overheden van het land waarvan het slachtoffer onderdaan is, ter kennis te worden gebracht.

HOOFDSTUK VIII

Uitkeringen bij werkloosheid

ARTIKEL 36

1. De werknemers van een van beide landen, die zich naar het grondgebied van het andere land begeven, hebben in het land van hun nieuwe arbeidsplaats recht op de prestaties die zijn bepaald bij de wetgeving betreffende de steun aan de onvrijwillige werklozen, op voorwaarde dat zij een verzekeringsperiode zijn begonnen in het ver-

band van een betrekking wier uitoefening werd toegelaten overeenkomstig de wetgeving betreffende de tewerkstelling van de buitenlandse werknemers.

2. Om het recht op de prestaties van de werkloosheidsverzekering in een van beide landen vast te stellen, worden de verzekeringsperioden en de gelijkgestelde perioden die overeenkomstig de wetgeving van dat land werden volbracht, samengeteld met de verzekeringsperioden en de gelijkgestelde perioden die overeenkomstig de wetgeving van het andere land werden volbracht.

3. Bij Administratieve Schikking zullen de daten en de nadere toepassingsregelen voor de bepalingen van dit artikel worden vastgesteld.

HOOFDSTUK IX

Uitkeringen voor begrafenis-kosten of bij het overlijden

ARTIKEL 37

§ 1. De werknemers die zich van het ene land het andere begeven, hebben recht op de uitkeringen voor begrafenis-kosten of bij overlijden die zijn bepaald bij de wetgeving van het land van de nieuwe arbeidsplaats, voor zover:

- a) Zij in dit land loonarbeid of ermede gelijkgestelde arbeid hebben verricht;
- b) Zij, op het ogenblik van het overlijden, de vereiste voorwaarden vervullen om de uitkeringen volgens de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats te genieten, rekening gehouden met de verzekeringsperioden in het land dat zij hebben verlaten en met de periode na hun onderwerping aan de wetgeving van het land van hun nieuwe arbeidsplaats.

§ 2. De instelling van het land van aansluiting is ertoe gehouden de uitkering, die uit hoofde van de wetgeving welke zij toepast verschuldigd is, te verlenen, zelfs indien de gerechtigde op het grondgebied van het andere land woont.

§ 3. In geval van overlijden van een persoon die gerechtigd is op een ouderdoms- of invaliditeitspensioen ten bezware van de bevoegde instellingen van beide landen, is de uitkering verschuldigd door de bevoegde instelling van het land in hetwelk de werknemer in de laatste plaats verzekerd is geweest, indien, rekening gehouden met de samengetelde perioden, aan de voorwaarden die zijn gesteld bij de wetgeving van dat land, is voldaan.

§ 4 — 1. In geval van overlijden van een persoon die gerechtigd is hetzij op een ouderdoms- of invaliditeitspensioen of op een invaliditeitsvergoeding ten bezware van de instelling van één enkel land, hetzij op een prestatie die verschuldigd is overeenkomstig de Belgische of Portugese wetgeving betreffende de arbeidsongevallen of de beroepsziekten, is de uitkering verschuldigd door de bevoegde instelling van het land dat het pensioen of de prestatie verschuldigd is, indien aan de voorwaarden die zijn gesteld bij de wetgeving van dat land is voldaan.

2. Indien het overlijden het gevolg is van een beroepsziekte en wanneer het recht op de uitkering in beide landen is ingegaan, wordt deze uitkering toegekend door de bevoegde instelling van het land waar de werknemer het laatst aan het risico van de beroepsziekte is blootgesteld geweest.

TITEL IV

Allerlei bepalingen

ARTIKEL 38

§ 1. De administratieve overheden alsook de verzekeringsinstellingen of de instellingen voor sociale zekerheid van beide landen zullen elkander wederzijds behulpzaam zijn, in dezelfde mate als wanneer het de toepassing van hun eigen regelingen betrof.

§ 2. Bij een Administratieve Schikking zullen de overheden en de instellingen van elk van beide landen worden bepaald, welke bevoegd zullen zijn om rechtstreeks met elkander in briefwisseling te treden alsook om, eventueel, de aanvragen van de betrokkenen en de stortingen van de prestaties te centraliseren.

§ 2. Deze overheden en instellingen zullen, is ondergeschikte orde, met hetzelfde doel, beroep mogen doen op de tussenkomst van de diplomatieke en consulaire autoriteiten van het andere land.

§ 3. De diplomatieke en consulaire autoriteiten van een van beide landen mogen rechtstreeks tussenkomen bij de administratieve autoriteiten van het andere land, teneinde alle inlichtingen die nuttig zijn voor de verdediging van de belangen van hun orderdanen te verzamelen.

ARTIKEL 39

1. De vrijstelling van de registratie-, griffie-, zegelrechten en van de consulaire taksen die zijn bepaald bij de wetgeving van een van beide landen voor de stukken die aan de autoriteiten, instellingen of rechtscolleges van dat land moeten worden overgelegd, wordt verruimd tot de overeenstemmende stukken die voor de toepassing van dit Verdrag aan de autoriteiten, instellingen of rechtscolleges van het andere land moeten worden overgelegd.

2. Voor de toepassing van dit artikel, alsook voor de artikelen 40 en 41, duidt de term «rechtscollege», voor België, de administratieve rechtscolleges aan die bevoegd zijn inzake sociale zekerheid.

3. Alle akten, documenten en stukken allerhande, die voor de uitvoering van dit Verdrag moeten worden overgelegd, zijn vrijgesteld van het legalisatievisum van de diplomatieke en consulaire autoriteiten.

ARTIKEL 40

De mededelingen die voor de toepassing van dit Verdrag door de gerechtigden van dit Verdrag of door de autoriteiten, instellingen of rechtscolleges worden gericht aan de autoriteiten, instellingen of rechtscolleges van het andere land zullen in een van de officiële talen van beide landen worden opgesteld.

ARTIKEL 41

1. De aanvragen en de beroepen die binnen een bepaalde termijn dienen te worden ingediend bij een autoriteit, een instelling of een rechtscollege van een van beide landen, die bevoegd zijn om de aanvragen of de beroepen inzake sociale zekerheid te ontvangen, worden als ontvankelijk beschouwd wanneer zij binnen dezelfde termijn worden gericht tot een overeenstemmende autoriteit, instelling of rechtscollege van het andere land. In dat geval zal laatstgenoemde autoriteit, instelling of rechtscollege deze aanvraag of deze beroepen zonder verwijl dienen door te geven.

2. De bevoegde administratieve autoriteiten van elke Partij zullen de autoriteiten en de instellingen die bevoegd zijn om geldig deze aanvragen en beroepen in ontvangst te nemen, dienen aan te wijzen.

ARTIKEL 42

1. De bevoegde administratieve autoriteiten van de verdragsluitende Partijen zullen, in gemeen overleg, de maatregelen treffen die noodzakelijk zijn tot de uitvoering en de toepassing van dit Verdrag.

2. Dezelfde administratieve autoriteiten zullen elkander ter gelegener tijd, de wijzigingen mededelen welke in hun wetgeving of hun reglementering zijn ingetreden betreffende de regelingen die zijn vermeld in artikel 2.

3. De bevoegde administratieve autoriteiten zullen elkander de andere bepalingen mededelen welke in hun eigen land genomen werden tot uitvoering van dit Verdrag.

ARTIKEL 43

Worden als bevoegde administratieve autoriteiten beschouwd in de zin van dit Verdrag:

In Portugal: de Minister van de Corporaties en van Sociale Voorzorg;

In België: de Minister van Sociale Voorzorg.

ARTIKEL 44

§ 1 — 1. De instellingen die krachtens dit Verdrag prestaties verschuldigd zijn, zullen deze op geldige wijze betalen in de munt van hun land.

2. Indien in het ene of het andere beide landen maatregelen getroffen worden teneinde de deviezenhandel te beperken, dienen er onmiddellijk, in overleg tussen beide Regeringen, maatregelen genomen te worden om, overeenkomstig de bepalingen van dit Verdrag, de overdracht van de onderling verschuldigde bedragen te verzekeren.

§ 2 — 1. De instelling die renten of pensioenen verschuldigd is, waarvan het maandelijks bedrag lager is dan een door uitwisseling van brieven tussen de bevoegde administratieve autoriteiten van beide verdragsluitende Partijen vastgestelde som, mag deze renten en pensioenen driemaandelijks, halfjaarlijks of jaarlijks uitkeren.

2. Zij kan eveneens, met de instemming van de betrokkene en mits een som te betalen welke met de waarde ervan in kapitaal overeenstemt, de renten of pensioenen afkopen waarvan het maandelijks bedrag lager is dan een door uitwisseling van brieven vastgestelde som zoals bepaald is in 1.

ARTIKEL 45

De overdracht van prestaties die uit hoofde van de wetgevingen betreffende de sociale zekerheid zijn verschuldigd aan gerechtigden die een van beide landen verblijven, zal geschieden overeenkomstig de nadere regelen die zijn bepaald bij een Administratieve Schikking die tussen de bevoegde administratieve autoriteiten van de verdragsluitende Partijen wordt getroffen.

ARTIKEL 46

1. Voor de beoordeling van de arbeidsongeschiktheid en van de invaliditeitsgraad, maken de verzekeringsinstellingen van elk land melding van de medische vaststellingen en van de inlichtingen welke de verzekeringsinstellingen van het andere land hebben ingewonnen.

2. De bevoegde autoriteiten zullen bij Administratieve Schikking de nadere regele van de geneeskundige controle vaststellen, welke noodzakelijk zijn voor de toepassing zowel van dit Verdrag als van de wetgevingen betreffende de sociale zekerheid van beide landen.

ARTIKEL 47

De formaliteiten welke bij de wettelijke of reglementaire bepalingen van een van beide landen kunnen vastgesteld worden voor het betalen buiten zijn grondgebied, van de door zijn sociale-zekerheidsinstellingen verleende prestaties, zijn eveneens, onder dezelfde voorwaarden als op hun landgenoten van toepassing op de personen die krachtens dit Verdrag bedoelde prestaties kunnen genieten.

ARTIKEL 48

Alle moeilijkheden bij de interpretatie en de toepassing van dit Verdrag worden, in gemeen overleg, door de bevoegde administratieve autoriteiten van de verdragsluitende Partijen geregeld.

ARTIKEL 49

§ 1. Elke verzekeringsperiode of gelijkgestelde periode, die overeenkomstig de wetgeving van een van de landen werd volbracht vóór de datum van inwerkingtreding van dit Verdrag, wordt in aanmerking genomen voor de vaststelling van het recht op prestaties dat ingaat overeenkomstig de bepalingen van dit Verdrag.

§ 2. Overeenkomstig dit Verdrag is een prestatie verschuldigd, zelfs indien zij betrekking heeft op een gebeurtenis vóór de datum van zijn inwerkingtreding. Te dien einde zal elke prestatie die niet werd uitbetaald of die werd geschorst wegens de nationaliteit van de betrokkene of ingevolge zijn verblijf op het grondgebied van een van beide landen, op aanvraag van de betrokkene, worden uitbetaald of opnieuw uitbetaald met ingang van de inwerkingtreding van dit Verdrag, mits de voorheen vastgestelde rechten geen uitbetaling in kapitaal tengevolge hebben gehad.

§ 3. De rechten van de betrokkenen die vóór de inwerkingtreding van dit Verdrag de betaling van een pensioen of van een rente hebben verkregen, kunnen op hun aanvraag worden herzien. De herziening zal voor gevolg hebben dat aan de gerechtigden, met ingang van de inwerkingtreding van dit Verdrag, dezelfde rechten zullen worden verleend als wanneer het Verdrag van toepassing was op het ogenblik van de betaling. De aanvraag om herziening moet worden ingediend binnen een termijn van twee jaar, te rekenen van de inwerkingtreding van dit Verdrag.

§ 4. Ten aanzien van het recht dat voortvloeit uit de toepassing van de §§ 2 en 3 van dit artikel, kunnen de bepalingen waarin is voorzien bij de wetgevingen van beide landen betreffende het verval en de verjaring van de rechten, niet worden ingebracht tegen de betrokkenen wanneer de bij §§ 2 en 3 van dit artikel beoogde aanvraag werd ingediend binnen een termijn van twee jaar, te rekenen van de inwerkingtreding van dit Verdrag. Indien de aanvraag wordt ingediend na het verstrijken van deze termijn, wordt het recht op prestaties dat niet vervallen of niet verjaard is, verkregen met ingang van de datum van de aanvraag, tenzij er gunstiger bepalingen van de wetgeving van een van beide landen van toepassing zijn.

ARTIKEL 50

§ 1. Dit Verdrag zal bekrachtigd worden en de bekrachtigingsoorkonden zullen zodra mogelijk, te Brussel uitgewisseld worden.

§ 2. Het zal van kracht worden de eerste dag van de tweede maand welke op de uitwisseling van de bekrachtigingsoorkonden volgt.

ARTIKEL 51

§ 1. Dit Verdrag wordt voor onbepaalde duur gesloten. Het kan door elke van de verdragsluitende Partijen worden opgezegd. De opzegging moet uiterlijk zes maanden vóór het verstrijken van elk beschouwd kalenderjaar betekend worden; het Verdrag houdt dan op van kracht te zijn op het einde van dat jaar.

§ 2. Bij opzegging blijven de bepalingen van dit Verdrag van toepassing op de verworven rechten, niettegenstaande de beperkende bepalingen waarin de betrokken regelingen in het geval van verblijf van een gerechtigde in het buitenland zouden voorzien.

§ 3. De bepalingen van dit Verdrag blijven van toepassing onder de voorwaarden die in gemeen overleg door de verdragsluitende Partijen zullen worden vastgesteld, op de nog niet ten volle verworven rechten betreffende de verzekeringsperioden die vervuld werden vóór de datum waarop dit Verdrag zal ophouden van kracht te zijn.

Em fé do que os plenipotenciários respectivos assinaram a presente Convenção e a autenticaram com os seus selos.

Feita em Lisboa, a 14 de Setembro de 1970, em duplicado, nas línguas portuguesa, francesa e flamenga, fazendo os três textos igualmente fé.

En foi de quoi, les plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs sceaux.

Faite à Lisbonne, le 14 septembre 1970, en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise, les trois textes faisant également foi.

Ten blijke waarvan de respectieve gevolmachtigden dit Verdrag ondertekend hebben en het van hun zegels hebben voorzien.

Gedaan te Lissabon, op 14-9-1970, in tweevoud in de Nederlandse, de Franse en Portugese taal, de drie teksten zijnde gelijkelijk rechtsgeldig.

Pela República de Portugal:

Pour la République du Portugal:

Voor de Republiek Portugal:

Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.

Pelo Reino da Bélgica:

Pour le Royaume de Belgique:

Voor het Koninkrijk België:

Placide de Paepe.

PROTOCOLO

O Governo da República de Portugal e o Governo do Reino da Bélgica decidiram adoptar as seguintes disposições:

ARTIGO 1.º

A Convenção Geral entre a República de Portugal e o Reino da Bélgica sobre Segurança Social é aplicável aos refugiados, no sentido do artigo 1.º da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de Julho de 1951, que residam no território da República de Portugal ou do Reino da Bélgica, no qual a referida Convenção é aplicável.

ARTIGO 2.º

O presente Protocolo entrará em vigor no mesmo dia que a Convenção e continuará em vigor durante o mesmo tempo que esta.

PROTOCOLE

Le Gouvernement de la République du Portugal et le Gouvernement du Royaume de Belgique ont décidé d'adopter les mesures suivantes:

ARTICLE 1^{er}

La Convention générale sur la sécurité sociale entre la République du Portugal et le Royaume de Belgique est applicable aux réfugiés au sens de l'article 1^{er} de la Convention relative au statut des réfugiés du 28 juillet 1951, qui résident sur le territoire de la République du Portugal ou du Royaume de Belgique auquel s'applique ladite Convention.

ARTICLE 2

Le présent Protocole entrera en application le même jour que la Convention et demeurera en vigueur pendant la même durée que celle-ci.

PROTOCOL

De Regering van de Republiek Portugal en de Regering van het Koninkrijk België hebben besloten de volgende maatregelen te treffen:

ARTIKEL 1

Het Algemeen Verdrag betreffende de sociale zekerheid tussen de Republiek Portugal en het Koninkrijk België is van toepassing op de vluchtelingen in de zin van artikel 1 van het Verdrag betreffende het statuut van de vluchtelingen van 28 juli 1951, die verblijven op het grondgebied van de Republiek Portugal of van het Koninkrijk België op hetwelk dit Verdrag van toepassing is.

ARTIKEL 2

Dit Protocol wordt van toepassing op dezelfde dag als het Verdrag en zal voor dezelfde duur als dit Verdrag van kracht blijven.

Feita em Lisboa, a 14 de Setembro de 1970, em duplicado, nas línguas portuguesa, francesa e flamenga, fazendo os três textos igualmente fé.

Fait à Lisbonne, le 14 septembre 1970, en double exemplaire, en langues française, néerlandaise et portugaise, les trois textes faisant également foi.

Gedaan te Lissabon, op 14-9-1970, in tweevoud in de Nederlandse, de Franse en Portugese taal, de drie teksten zijnde gelijkelijk rechtsgeldig.

Pela República de Portugal:

Pour la République du Portugal:

Voor de Republiek Portugal:

Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio.

Pelo Reino da Bélgica:

Pour le Royaume de Belgique:

Voor het Koninkrijk België:

Placide de Paepe.